



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 074

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 074ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE SETEMBRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pela senhora deputada Luciana Rafagnin e pelo senhor deputado Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se em licença o senhor deputado Alexandre Curi (01).

Verificada a existência de número legal o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão, ocasião em que este Poder Legislativo prestará homenagem à valorosa Polícia Civil do Estado do Paraná pelos seus 150 anos de criação.

É com satisfação que anuncio a composição da Mesa: Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, secretário da Segurança Pública; Exmo. Sr. Coronel David Antonio Pancotti, comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná; Exmo. Sr. deputado Federal Ricardo Barros, representando a Câmara Federal; Exmo. Sr. Dr. Adauto Abreu de Oliveira, delegado-geral da Polícia Civil do Estado do Paraná; Exma. Sra. deputada estadual Luciana Rafagnin, 1ª secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. deputado Nelson Tureck, 2º secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino nacional Brasileiro.

(Execução do Hino Nacional)

Solicito a Exma. Sra. deputada Luciana Rafagnin para que proceda à leitura dos termos da placa em homenagem à Polícia Civil do Estado do Paraná por ocasião do seu centésimo quinquagésimo aniversário de criação.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Luciana Rafagnin)
(Procede à leitura da placa em homenagem aos 150 anos da Polícia Civil)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tenho a mais elevada satisfação em convidar o Exmo. Sr. secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Dr. Luiz Fernando Delazari para que proceda à entrega da placa em homenagem aos 150 anos da Polícia Civil do Estado do Paraná ao Ilmo. Sr. Dr. Adalto Abreu de Oliveira, delegado geral da Polícia Civil do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI
(Faz a entrega da placa ao
Sr. Adalto Abreu de Oliveira)
(Apresentação do Coral: Hino da Polícia Civil)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência concede a palavra ao Exmo. Sr. deputado Delegado Bradock, que em nome deste Poder Legislativo saudará a valorosa corporação da Polícia Civil do Estado do Paraná pelos seus 150 anos.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Senhor presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Brandão, senhor secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Delazari, Sr. Delegado Geral Dr. Adauto, 1ª secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, deputada Luciana Rafagnin, Exmo. Sr. Comandante da Polícia Militar, Cel. Pancotti, nosso amigo, Exmo. Sr. deputado federal, nosso amigo Dr. Ricardo Barros, e ao nosso 2º secretário hoje, deputado Nelson Tureck, senhoras deputadas, senhores deputados, senhores delegados.

É com o coração cheio de alegria que hoje comemoramos o sesquicentenário da Polícia Civil do Estado do Paraná. Uma instituição que nasceu com o Estado do Paraná. São 150 anos de luta, de garra, de objetivos alcançados, de objetivos não alcançados, mas com muita dignidade; com muito sangue esparramado pelas calçadas da nossa cidade lutando contra o crime.

Estou há quase dez anos na Polícia Civil e tudo o que tenho devo a esta instituição; desde o pão dos meus filhos até o carro que uso.

E não poderia eu, neste momento, deixar de agradecer esta valorosa corporação que quantos e quantos policiais civis, nos rincões deste Estado, têm doado a sua vida, o seu tempo, a sua dedicação para que a Polícia Civil seja o que ela é.

Se ela existe até hoje, é porque é uma instituição forte, verdadeira.

Mas aqui no Paraná temos a Polícia Civil que já tem 150 anos, como é o caso da Polícia Militar também. Essas duas Corporações, irmanadas contra o crime, vêm dia a dia tentando dar tranqüilidade ao nosso povo.

Não há necessidade de deixarmos aqui pesquisas, estatísticas de quem foi melhor, de quem vai ser o melhor ou de quem é o melhor. O que interessa, é vermos o nosso Policial que está lá, muitos deles em uma cadeira de rodas, combatendo o crime e ganhando um salário de miséria. Não dá mais para persistir e aceitar essa discriminação! O policial tem que ser respeitado e principalmente aquele que vai à rua, aquele que está arriscando a vida, bem como arriscando arrumar um problema para ele e para a família dele!

Quantas vezes trabalhei no interior sozinho, representando a Polícia Civil, e quantas vezes encontrei também no interior 70 ou 80 presos e um só Policial Civil honrando o distintivo preto e branco - o branco da alegria e o preto da tristeza. E muitas vezes nós não somos levados em consideração, as autoridades que poderiam fazer mais pela nossa Polícia, muitas vezes, esquecem e tem até um ditado que diz assim: na angústia e na dor todos chamam a Polícia e Deus; depois que passa o problema, agradecem a Deus, às vezes, e amaldiçoam a Polícia.

Infelizmente é o nosso trabalho, temos que fazer isso! E tenho certeza que todos aqueles Policiais que até hoje honram o distintivo da Polícia Civil, o fazem com paixão, o fazem com amor, com dedicação e ganhando, muitas vezes, um salário de fome. Não podemos esquecer nunca disso! Eu insisto nisso, porque é uma parte fundamental: não é punindo demasiadamente o funcionário, se você também não o valoriza! Temos que valorizar a nossa Polícia! Aquilo que é joio será jogado aos porcos e aquilo que é trigo deverá ser levado à padaria para que se faça um ótimo pão para sanar a fome das pessoas.

Por isso, neste dia glorioso, não resolvi escrever nada, resolvi dar o meu coração à minha Instituição. Tenho orgulho de ser Policial Civil, tenho orgulho de ser delegado de polícia! Queiram ou não queiram, a Polícia Civil é sempre a guardiã da nossa Sociedade, porque é ela que vai à luta, é ela que vai à rua e, muitas vezes, ninguém agradece pelo que ela faz. Por isso, todos os policiais civis, principalmente os policiais de base, já que - de coração aberto - se eu não pude fazer nada até agora, é porque as coisas não são como nós queremos. Mas, vou continuar combativo para defender os nossos interesses e rogo a Deus que quando vocês saírem de suas casas pela manhã, voltem sãos e sadios para seus filhos e esposas. Esse é o meu agradecimento a todos e principalmente a esta Assembléia! Deus lhes pague!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É com a máxima satisfação que concedo a palavra ao senhor Dr. Adauto Abreu de Oliveira, delegado-geral da Polícia Civil do Estado do Paraná.

O SR. ADAUTO ABREU DE OLIVEIRA

Primeiro, agradecendo a Deus pela chance de estar nesta Casa de Leis em um momento de glória para a Instituição Policial Civil, uma Instituição marcada por sacrifícios, como bem lembrou o deputado Bradock, uma Instituição muitas vezes maculada por elementos que não honraram a insígnia que carregaram. Agradecendo aos integrantes desta Casa pela homenagem justa a esta Instituição valorosa de poucos homens e mulheres valorosos que carregaram durante muito tempo, com sacrifício e com denodo, o cumprimento da lei em nosso Estado.

É um momento de festa também este dia. E agradecemos a esta Casa, ao nosso governador Roberto Requião, e neste ano estamos mudando a imagem da Polícia Civil. Pela primeira vez teremos condições de estar em todos os municípios do Estado, se os próximos passos estiverem de acordo com a vontade do governador Requião. São concursos abertos, são nomeações a serem feitas, designações para o interior do Estado, muitas vezes fomos criticados por essa atitude de mandar policiais da capital para o interior do Estado, mas é necessário, o Paraná não é só Curitiba, o Paraná é os 399 municípios. E em todo o interior, se Deus quiser, até o final deste governo, haverá policiais civis em número e capacidade suficiente para fazer o honroso trabalho de polícia judiciária.

Finalmente, senhor presidente, quero cumprimentar a todos os integrantes desta Instituição, os três mil, seiscentos e quarenta e seis homens e mulheres, que com sacrifício fazem o seu trabalho sem qualquer reconhecimento. Hoje é uma exceção, uma exceção que vai ficar na história, a marca do reconhecimento desta Casa de Leis, de seus integrantes de todo o Estado do Paraná, a essa Instituição, razão pela qual cumprimento a todos: o presidente, em especial, o nosso secretário, o comandante da coirmã Polícia Militar, que sempre esteve ao nosso lado nesses nove meses de governo que se inicia, e como eu disse, marcará de vez a história da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, secretário de Estado da Segurança Pública.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Exmo. Sr. presidente desta Casa de Leis, deputado Hermas Brandão; Exmo. Sr. Adauto de Oliveira, delegado geral da Polícia Civil do Estado do Paraná; Exmo. Sr. coronel Davi Pancotti, comandante da Polícia Militar do Paraná; os deputados que compõem a Mesa; o deputado federal que representa o Poder Legislativo Federal; demais deputados desta Casa; delegados; delegadas; policiais civis; demais autoridades; representante do Ministério Público; meu amigo promotor Max Deliberador; senhoras e senhores.

O Estado do Paraná comemora neste mês de setembro os 150 anos da Polícia Civil. Diversas são as solenidades festivas, com homenagens, títulos, torneios e até shows beneficentes. Mas, uma grande pergunta fica no ar: será que nós temos o que comemorar? Depois de tantos percalços e tantas denúncias que recentemente macularam e mancharam o nome desta instituição, será que a sociedade paranaense hoje já pode comemorar junto com os seus policiais esta data? E a resposta que se impõe é: sim, nós temos o que comemorar.

(Lê):

“Vários são os avanços conquistados da nossa Polícia Civil.

O principal deles é a mudança ideológica, que significa pensar polícia com honestidade, tendo em vista o seu principal papel: “a garantia da tranquilidade e da ordem pública”. Para isso, as inúmeras reivindicações da corporação são prontamente distribuídas em uma escala de prioridades. Na busca pela melhor solução para os complexos problemas trazidos diariamente, adotamos uma ‘política de atitude’ que pode ser resumida em duas frentes: a do resultado imediato - que exige resposta eficiente e rápida, e a do resultado estratégico - questões que merecem discussões mais aprofundadas e envolvem a inteligência policial.

Para jogar uma pá de areia no triste e lamentável passado de total abandono no qual se encontravam as nossas Polícias, e implementar a proposta de recuperação da auto-estima do nosso policial, iniciamos o processo de investimento em, infra-estrutura, com a recuperação das viaturas avariadas, que se iniciou neste mês, através da assinatura do contrato com uma grande oficina de veículos e, paralelamente, com a ampliação do quadro de policiais. O objetivo é corrigir a defasagem histórica nos quadros da Polícia Civil.

Neste ano o governador do Estado assinou decreto para nomear 106 policiais civis que estarão nas ruas já em outubro. As delegacias ganharão reforços com o ingresso de mais 46 investigadores e 36 escrivães. Ainda incrementamos a esfera de lideranças da corporação por meio da admissão de 15 novos delegados, que ganharão a companhia de outros 26 até o final do ano.

Estamos também readequando cerca de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), que estavam destinados para aquisição de outros bens não tão prioritários, com a finalidade de investir na renovação da frota própria de viaturas, política abandonada no passado e que gerou sucateamento do patrimônio. Seguindo a mesma linha, estamos adquirindo o sistema CTF - Controle Total de Frotas, da Petrobrás, para economizar, no gerenciamento, até 30% de combustível, o que implica em mais de R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) para investimentos em Segurança Pública. Compramos mais de R\$800.000,00 com o objetivo de dar início à política de modernização do parque tecnológico próprio.

Com relação à questão orçamentária para o próximo ano, estamos em contato direto com a Secretaria de

Planejamento para colocarmos em destaque a Segurança Pública. Nossa previsão é que teremos cerca de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para investimentos em segurança pública em 2004. Só para se ter uma idéia, o orçamento para este ano destinava cerca de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem contar os fundos existentes, para investimentos nessa área, o que é inaceitável.

Devemos também, ressaltar a fundamental participação desta Casa nesse processo de moralização e de recuperação da imagem e da auto-estima do policial civil, com a aprovação das modificações do Estatuto da Polícia Civil, criando a via rápida à sanção do mau policial, aliás, mau policial não, do marginal travestido de policial que, sem medo de errar, já é coisa do passado nas nossas Instituições; processo de integração entre as forças policiais, unindo-se todos afetos à segurança pública no combate à criminalidade. Isso é fundamental, as polícias, o MP, o Judiciário, enfim todas as instituições precisam descer do pedestal insuportável que enche até a boca o profundo poço das vaidades e trabalharem unidas, pois à sociedade pouco importa quem está combatendo o crime, mas sim o efetivo combate: Boas relações conduzem ao enfrentamento do verdadeiro inimigo, e o inimigo é evidente o outro.

Não podemos deixar de falar da mais recente e importante ação: nos próximos dias, o governador Roberto Requião estará regulamentando a lei que institui o delegado de 5ª classe, reivindicação histórica, que tem como principal objetivo suprir a defasagem da Instituição no Estado e profissionalizar definitivamente a Segurança Pública. Sem olvidar que tal providência implicará, como todos sabem, em acréscimo salarial automático das demais classes, na proporção prevista na legislação.

Ressalto, ainda, a preocupação com a formação do nosso policial. Prova disso é o recém-lançado Núcleo de Estudos da Polícia Civil, projeto que pretende levar para todo o Estado, focado na capacitação jurídica e no “debate prático” dos problemas e soluções para os assuntos de polícia, é o que tenho chamado de “pensarmos juntos em polícia”.

A adesão do Estado do Paraná ao Sistema Integrado de Segurança Pública, vem coroar a profunda e emblemática convergência ideológica e doutrinária verificada entre o Plano Estadual de Segurança Pública, concebido pelo plano de Governo, e por nós em execução na chefia da pasta, e o Plano Nacional de Segurança do Governo Lula, em aplicação pelo Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Fundados nos princípios essenciais de uma Segurança Pública em um Estado Democrático de Direito, defenderemos sempre e conjuntamente a compatibilidade entre manutenção de direitos humanos e eficiência policial; a complementariedade entre ação policial e ações preventivas multissetoriais por parte do Estado; a destinação das Polícias ao serviço dos cidadãos, protegendo seus

direitos e suas liberdades; e o rigoroso cumprimento das leis pelas polícias.

Deste modo, senhor presidente e demais autoridades, queremos neste instante, externar a V. Exas. os mais intensos e sinceros votos de reconhecimento por esta homenagem e, ao mesmo tempo, queremos assegurar-lhes o propósito de integração a todas as iniciativas promovidas pela Polícia Civil, que conduzam à superação dos desafios impostos pela violência e pela criminalidade. Empenharemos, sim, lado a lado, todos os esforços a propiciar à sociedade paranaense e à população brasileira a segurança e a paz sociais tão procuradas.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta presidência agradece a presença de todos, que aqui compareceram. Convido a todos a ouvirem o Hino do Paraná, a ser cantado pelo Coral Paraná, executado pela Banda de Música da Polícia Militar, após o que estará encerrada a presente homenagem, suspendo a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

(Execução do Hino)

(Está suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Declaro reaberta a Sessão Ordinária.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de reiniciar os nossos trabalhos, esta Assembleia gostaria de prestar uma homenagem ao pai do nosso colega Durval Amaral - Sr. José Romeu Amaral, que faleceu, hoje, em, Londrina, às 11 horas. Peço um minuto de silêncio em sua homenagem.

(Faz-se um minuto de silêncio)

Informo, também, que o sepultamento do seu progenitor será realizado, amanhã, às 11 horas na cidade e Londrina.

O SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 10 de setembro de 2003.

Senhor Presidente:

Venho por meio deste, comunicar a V. Exa., que estou me filiando ao Partido do Movimento Democrático

Brasileiro - PMDB, e passo a partir desta data a integrar a Bancada do mesmo, nesta augusta Casa de Leis.

Sendo só o que se apresenta para o momento, renovo os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) CLEITON KIELSE

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 094/2003

Exmo. Sr. Roberto Requião, Digníssimo governador do Estado do Paraná.

O deputado Doutor Luciano, dirige-se a V. Exa. para que tome providências no sentido de:

1 - Reduzir as tarifas referentes ao consumo de energia elétrica para os Hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Estado do Paraná.

2 - Promover uma redução da tarifa igual a porcentagem média anual de leitos ocupados por doentes do SUS de modo que, por exemplo, se o Hospital ocupar 70% de seus leitos com doentes do SUS terá redução tarifária também de 70%.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) DR. LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

Os hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde vivem uma grave crise, configurada a partir, dentre outros, dos seguintes fatos:

1 - desde 1995 os valores dos procedimentos hospitalares de suporte ao tratamento dos doentes do SUS (hospedagem, alimentação, serviços de enfermagem) não sofrem reajustes;

2 - no mesmo período, a inflação rompeu a barreira dos 150%;

3 - os reajustes do gás de cozinha, da energia elétrica, da água, dos serviços telefônicos e do transporte coletivo (vale-transporte de funcionários), foram superiores à inflação e os da cesta básica foram, em média, de 70%;

4 - vários insumos hospitalares são indexados ao dólar que triplicou de valor no período;

5 - as necessárias exigências que fazem os diversos órgãos fiscalizadores das atividades hospitalares (Vigilância Sanitária, Conselhos de Classe, Entidades Trabalhistas), tornam o custo da manutenção da estrutura física bastante superior ao das construções em geral.

Esta prolongada crise de financiamento tem gerado:

1 - o sucateamento tecnológico dos estabelecimentos hospitalares e a impossibilidade do cumprimento dos adequados padrões de qualidade;

2 - o achatamento dos salários do pessoal do Setor com a conseqüente queda da qualidade e da confiabilidade dos serviços;

3 - o fechamento de diversas unidades hospitalares.

Neste momento, as entidades que representam os hospitais de nosso Estado, estão alertando a todas as autoridades - do Executivo, do Legislativo e do Judiciário - que os efeitos da crise atingiriam limites insuplantáveis no âmbito do Setor, e que todos aqueles que possam mobilizar-se no sentido de aminizá-la devem agir com urgência, a fim de evitar o quadro catastrófico que, inexoravelmente, se avizinha.

Constituirá tal quadro, na impossibilidade de manter os serviços em funcionamento e na intensificação do fechamento de unidades hospitalares, ou seja, no desabastecimento deste serviço essencial que, no caso dos hospitais privados do Paraná, é responsável por 85% dos atendimentos hospitalares para os usuários do SUS.

Diante disso, tornam-se imprescindíveis todas as medidas capazes de minorar essa crise iminente, entre elas, aquelas que são objeto desta indicação.

INDICAÇÃO Nº 095/2003

Exmo. Sr. Roberto Requião, digníssimo governador do Estado do Paraná.

O deputado estadual Doutor Luciano, dirige-se a V. Exa. para que tome providências no sentido de:

1 - Instalar a sede definitiva do Distrito Policial do Tatuquara, em Curitiba, provendo seu regular funcionamento.

2 - Proceder a instalação transferindo o 13º Distrito Policial do Tatuquara, sito à Rua Coronel Manoel E. de Assunção nº 414 no Jardim da Ordem, para o terreno doado à comunidade pela Prefeitura Municipal de Curitiba, sito à esquina da Rua 34 com a Rua 15, quadra 102, lote 15 no Moradias Rio Bonito, Tatuquara.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

O bairro Tatuquara em Curitiba, possui atualmente uma população superior a 80 mil pessoas e um dos mais altos índices de violência da Capital.

A região conta com o 13º Distrito Policial que hoje está estabelecido à Rua Tenente Coronel Manoel E. de Assunção nº 414, porém em instalações inadequadas. A comunidade, já há tempos se mobiliza para conseguir local mais adequado para a instalação do Distrito e atualmente recebeu a doação de um terreno com 222m2 sito à esquina da Rua 34 com a Rua 15, quadra 102, lote 15.

Por ser a segurança uma das principais metas desse governo, também o fato da região acima citada viver em total insegurança e da dificuldade encontrada pelas pessoas que ali residem em registrar e ver atendidas suas ocorrências policiais, é que proponho a presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 096/2003

Exmo. Sr. Roberto Requião, digníssimo governador do Estado do Paraná.

O deputado Doutor Luciano, dirige-se a V. Exa. para que tome providências no sentido de:

1 - Prover a construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Vicentina São Vicente de Paulo - Educação Infantil e Ensino Fundamental, cita a Av. Getúlio Vargas, 840 - Cx.P.: 93 - Paranavaí-PR - 87702-000.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Vicentina São Vicente de Paula - Educação Infantil e Ensino Fundamental, é um estabelecimento de ensino que vem ao longo dos anos prestando inestimáveis serviços à comunidade da cidade de Paranavaí.

Entidade de caráter filantrópico, além de praticar mensalidades modestas, enfrenta como qualquer outro estabelecimento de ensino o problema da inadimplência dos alunos, relacionado ao desemprego dos pais.

A quadra de esportes é um equipamento indispensável ao bom desenvolvimento das atividades educacionais para os 474 alunos da escola e demanda uma cobertura para que as atividades não fiquem ao sabor do tempo, e possam ser desenvolvidas de forma programática sem interrupções.

Apesar de realizar inúmeras promoções visando angariar os recursos necessários para a construção da cobertura, os contínuos reajustes de preços tem inviabilizado o objetivo por parte da escola e da Associação de Pais e Mestres.

Na certeza de que esta é uma forma de destinar legítima e democraticamente o uso de recursos públicos, inclusive potencializando-os, indicamos que o Poder Executivo Estadual estude fórmula adequada para viabilizar a construção em tela.

INDICAÇÃO Nº 097/2003

Exmo. Sr. Roberto Requião, digníssimo governador do Estado do Paraná.

O deputado Doutor Luciano, dirige-se a V. Exa. para que tome providências no sentido de:

1 - Que o Sistema Único de Saúde no Paraná adote a vacina contra a varicela.

2 - Que a referida vacina passe a fazer parte das medidas imunizatórias de rotina para a população em todo o Estado.

3 - Que as áreas técnicas responsáveis definam, conforme as evidências científicas disponíveis, o calendário mais efetivo para a imunização preconizada.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

No ano de 2001, foram atendidas em Curitiba 7.813 pessoas com varicela. Todo ano a incidência da doença tem resultado em pelo menos um óbito entre a população atingida. Principalmente por encefalite, uma de suas complicações mais importantes.

Além disso, a doença é potencialmente mais grave quando acomete crianças imunodeprimidas ou adultos jovens, pelas complicações hemorrágicas que, entre outras, se tornam mais frequentes.

Também é relevante o fato de que tem sido comum a manifestação da doença na forma de surtos em instituições como escolas e creches.

Por outro lado, pelo alto índice de soroconversão a que conduz a vacinação contra a varicela aplicada em dose única, face aos danos que a doença pode produzir, este procedimento é provavelmente o de maior custo-benefício no campo da prevenção por imunização atualmente.

O Ministério da Saúde, já disponibiliza a vacina no centro de referência especializada no atendimento a imunodeprimidos (CRIE), mas o que se propõe é a adoção da mesma como rotina para todas as crianças paranaenses acima de 12 anos de idade, como recomenda a Academia Americana de Pediatria.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2055/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 377/2003, que institui o Programa de Incentivo ao Custeio do Ensino Superior no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2056/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 376/2003, que disponibiliza vagas gratuitas nos Centros de Formação de Condutores.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2057/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 375/2003, que cria a Caderneta Escolar no âmbito da rede pública estadual.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2103/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente

Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 2095/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2105/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 433/2003, item 18 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2097/2003

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje por duas Sessões, o item 07 - Projeto de Lei nº 306/2003.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2096/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para se ausentar entre os dias 03 e 12 de outubro de 2003, para participar do 4º Seminário Internacional "Intercâmbio entre técnicos das administrações fazendárias da Alemanha e do Brasil" na Alemanha.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 2054

Senhor Presidente:

Conforme requerimento já aprovado por esta Casa de Leis, solicito a instalação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no dia 12 de novembro, atendendo desta forma a cidade de Paranaguá nas comemorações alusivas ao Sesquicentenário da Emancipação Política do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2102

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja marcada data de 27 de novembro para realização de Sessão Solene em homenagem a D. Pedro Fedalto- Arcebispo de Curitiba, pela comemoração de seus 50 anos de sacerdócio.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2080

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar, à família Kirchner pelo falecimento, neste domingo, de Sirley Kirchner em Curitiba. Sirley faleceu aos 43 anos, deixando viúvo, nosso amigo, funcionário desta Casa, Augusto Kirchner, com quem teve três filhos, dois meninos e uma menina.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2081

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar, às famílias Palu e Gelatti pelo falecimento neste sábado, de Joana Delair Palu Gelatti, em Mandirituba. Membro de família tradicional naquele município, dona Joana faleceu aos 50 anos, deixando viúvo Nildo Gelatti com quem tem dois filhos.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2082

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar, à família Romeu do Amaral pelo falecimento, neste sábado, do jornalista José Romeu do Amaral, em Londrina. Membro de família tradicional naquele município, senhor José Romeu do Amaral faleceu aos 87 anos, deixando viúva, 8 filhos, 23 netos e 1 bisneto, sendo um dos seus filhos, o deputado Durval nosso colega nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2086

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam consignados na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Sirley Kirchner, esposa do chefe de gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do

Paraná, Augusto Carlos Kirchner, ocorrido no último dia 20 de setembro, em nossa Capital.

Sirley Kirchner, tinha 43 anos, e trabalhava no Hospital Nossa Senhora de Fátima. Sempre dedicou-se de forma humanitária ao próximo, tanto em seu serviço, como no convívio com seus familiares, amigos e com a comunidade em geral. Deixou três filhos, Rafael com 21 anos, Eduardo com 16 anos e Thais com apenas 3 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada em seu endereço residencial, Rua Max Rosemann, 100- sobrado 02 - Vila Tinguí.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2087

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam consignados na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Romeu do Amaral, progenitor do nobre deputado Durval Amaral, ocorrido no dia de hoje, no município de Londrina.

José Romeu do Amaral, paraibano de Ingá do Bacamarte, tinha 87 anos e foi um brilhante jornalista. Foi um dos primeiros sócios da Associação Brasileira de Imprensa. Trabalhou no Jornal do Comércio, em Recife. Chegou em Londrina em 1950, onde adquiriu o Jornal Gazeta do Norte.

Deixa viúva a senhora Joselita Frasão de Mattos e 8 filhos: José Romeu, José Manoel, José Roberto, Antonio José, Getúlio José, Alexandre José, José Durval e José Ricardo; 23 netos e 1 bisneto.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no seu endereço residencial: Rua Madre Leonia Milito, 180 - Jardim Bela Suíça - CEP 86050-270.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2089

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família Amaral, pelo falecimento do Dr. José Romeu Amaral, pai do deputado Durval Amaral.

Pela vida produtiva e solidária que levou o Dr. José Romeu deixa, aos 87 anos, consternação e saudades na comunidade londrinense e cidades vizinhas onde exerceu suas atividades jornalísticas e construindo uma vida pessoal e profissional digna. Constituiu família casando-se com D. Joselita Frasão de Mattos, com quem teve oito filhos, José Romeu, José Manoel, José Roberto, Antonio José, Getúlio José, Alexandre José, José Durval e José Ricardo, que lhe deram 23 netos e 1 bisneto.

Nascido em Bacamarte, na Paraíba, profissão jornalista, foi um dos primeiros sócios da Associação Brasileira de Imprensa, trabalhou no jornal do Comércio em Recife. Chegou em Londrina no ano de 1950, e adquiriu o jornal Gazeta do Norte.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente a família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI e VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2093

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Ilustríssimo Senhor José Romeu do Amaral, mui digno pai do nobre deputado Durval Amaral.

Requer, também o envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2094

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Ilustríssimo Senhor Jorge Strass, pioneiro londrinense de extrema relevância para o desenvolvimento da cidade.

Requer, também o envio de correspondência à família enlutada, à Rua Carlos Stalman, 30 - Londrina-PR, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2099

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da senhora Risoleta Neves, viúva do ex-presidente Tancredo Neves, ocorrido em 21.09.2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 86 anos de idade, faleceu ontem, no Rio de Janeiro a Exma. Sra. Dona Risoleta Guimarães Tolentino Neves, viúva do saudoso presidente Dr. Tancredo Neves. Deixou filhos, netos e bisnetos, inclusive o neto Dr. Aécio Neves, governador do Minas Gerais.

É deveras um dia de tristeza, o dia de hoje, Dona Risoleta soube granjear a confiança e a simpatia de todos aqueles que recorreram ao seu saber, em busca de lenitivo para suas dores... É o segredo disso reside na sua proficiência, dedicação e finura de trato. Nunca um sofredor bateu à sua porta sem que fosse atendido. Ricos e pobres receberam sempre a mais simpática acolhida.

Foi no dia 06 de maio de 1986, que nossos amigos, Dona Risoleta e seu neto Dr. Aécio Neves, estiveram nesta Casa, quando inauguramos o Prédio que abriga os gabinetes dos senhores deputados, denominado de "Presidente Tancredo Neves", cujo Projeto de Resolução nº 39/85 é de nossa autoria.

A população mineira, como de resto todo o Brasil, sem dúvida, muito vai sofrer com a sua perda.

Quantas vezes ela foi vista, na calada da noite, penetrar no tugúrio do deserdado da sorte sem olhar dificuldades, sem considerar as intempéries para levar ao infeliz o conforto e o carinho de sua amizade. Assim, Dona Risoleta continuou sua perigração, levando a outras paragens o lenitivo e consolo, a paz e o bem-estar. Que Deus acompanhe seus passos e a cubra com seu manto divino para alívio das populações que sempre socorreu.

Dona Risoleta ligou seus dotes de mulher realizadora. Soube vencer sempre junto com o Dr. Tancredo, todos os obstáculos na luta ingente. Seu exemplo permanecerá redivivido entre os pósteros como uma lição, um incentivo. Como hão de lheabençoar todos aqueles a quem espalhou benefícios e auxílios, especialmente aos desamparados. É que sua vida exemplar deixou em nosso espírito uma lembrança imorredoura.

Prometemos que nunca haveremos de esquecê-la e que há de ser sempre para nós, a conselheira segura nas nossas aflições e nas nossas dúvidas.

Lá onde está, junto a Deus, seja nossa intercessora para que sua proteção vele sempre sobre nós. Rogamos ao Pai Eterno que na sua infinita bondade lhe restitua nessa vida o muito que fez pelos seus semelhantes. Descanse em paz.

REQUERIMENTO Nº 2037

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Mallet, pela passagem, no próximo dia 21 de setembro/2003, de seus 91 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Lauro Baran, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Gilberto Korwoski, bem como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Mallet.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição, queremos mais uma vez prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento à toda a população de Mallet, na significativa data da comemoração de seus 91 anos de emancipação política.

Apesar de todos os problemas por que passa o nosso Estado e a Nação Brasileira, os municípios paranaenses, e principalmente Mallet, vem conseguindo superar as dificuldades com sua população trabalhadora que presta eficiente colaboração em prol do seu progresso.

Parabenizamos, portanto, todos os malletenses nesta importante data, augurando sucesso em todas as atividades para alegria e o bem estar daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 2043

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja endereçado voto de congratulações à direção - na pessoa da professora Suzana Ayala, Legionária de Cristo - pela inauguração, no dia 10 de setembro próximo passado, das novas instalações do Colégio Internacional Everest. Situado no bairro Ecoville, na Rua José Carolo nº 630, o Colégio Everest é mantido pela congregação religiosa católica Legionários de Cristo. A unidade de Curitiba faz parte de todo um sistema de ensino cristão voltado para a formação intelectual, espiritual e de ação social dos alunos. O sistema Everest é composto por 130 colégios, 11 universidades e 7 academias de idiomas no mundo. A rede conta com um exclusivo método bilíngüe - português e inglês, no Brasil - a partir da pré-escola. No ano de 2004, será introduzido o ensino do espanhol no currículo. Congratula-se este deputado sobretudo pelo projeto Everest de educação: o colégio de Curitiba atenderá da pré-escola ao ensino médio completo. As amplas instalações agora inauguradas correspondem a um espaçoso ambiente de ensino, disposto em área de oito hectares de terra, de total preservação ambiental. Estou certo de partilhar das palavras da diretora Susana Ayala: "o Everest quer atender cada vez melhor as famílias curitibanas que compartilham conosco o projeto de formar na infância e na juventude um autêntico sentido de vida. Isto permite o desenvolvimento harmônico da pessoa, na sua relação com Deus, com a família e com a sociedade". Entendemos ser meritório esse voto de congratulações, extensivos aos demais pares desta colenda Casa de Leis e comunidade paranaense. Considerado-se o reconhecimento de todos nós, apresentamos nossos cumprimentos e desejamos-lhes muito sucesso!

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2048

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da pre-

sente Sessão de um voto de congratulações à população do município de Ponta Grossa, através de seu prefeito, senhor Péricles de Holloben Mello, pela passagem do 180º aniversário de emancipação política do município, comemorado no dia 15 de setembro passado.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal, Avenida Visconde de Taunay, 950 - CEP 84051-900, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2038

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Rebouças pela passagem, no próximo dia 21 de setembro/2003, do seu 73º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luiz Everaldo Zack, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Vanderlei Cabral, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Rebouças.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que toda a população de Rebouças estará, no próximo dia 21 de setembro, comemorando o transcurso do seu 73º aniversário de emancipação política.

Histórico: O primeiro núcleo de colonização iniciou-se no século passado no município de União da Vitória e denominava-se Butiazal. Em 1902 os moradores de Butiazal se transferem para o povoado de Rio Azul. Em meados de 1904 foi inaugurada a estação ferroviária Antônio Rebouças, que acabou sendo incorporada ao povoado de Rio Azul. Nominam-se como pioneiros: Lourenço Mourão, Honorato Pinto Ferreira, Coronel José Afonso Vieira Lopes, Domingos da Luz, Soares Franco, Coronel Hortêncio de Mello.

Pela Lei Estadual nº 2.738 de 31 de março de 1930, foi criado o município de Rebouças, com território desmembrado de São João do Triunfo. A instalação deu-se a 21 de setembro de 1930, sendo o primeiro prefeito o Sr. Antônio Franco Sobrinho. Em 01 de dezembro de 1937, pelo Decreto Lei Estadual nº 93, Rebouças recebeu foros de cidade.

Portanto, na significativa data de 21 de setembro, associamo-nos a todas as homenagens devidas ao município de Rebouças, com o nosso respeito, reconhecimento e admiração a toda comunidade, na certeza de que continuará a sua árdua missão colaborando para o bem-estar de todos.

REQUERIMENTO Nº 2073

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Luiziana, pelas comemorações alusivas aos 16 anos de emancipação político-administrativa do município, em 25 de setembro do corrente ano.

Requer ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência ao prefeito municipal, Sr. Wilson Antonio Tureck (Rua Miguel Vieira Ferreira, 22 - CEP 87290-000 - Luiziana / PR) e ao presidente da Câmara Municipal, Sr. João Nelson Guadagnin (Rua Miguel Vieira Ferreira, 22 - CEP 87290-000 - Luiziana / PR).

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2076

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao proprietário da Rede Paranaense de Comunicações - RPC, Francisco Cunha Pereira, pelo aniversário de 40 anos da TV Coroados em Londrina. Os mesmos votos devem ser igualmente ofertados aos demais funcionários da emissora, bem como ao chefe de redação em Londrina, jornalista Ossamu Nonaka, e à chefe de reportagem, jornalista Christina Mattos.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, enviando cópia à emissora em Londrina, na Avenida Tiradentes, 1370, CEP 86070-000, e ao empresário Francisco da Cunha Pereira, à Rua Mamoré, 753, Bairro Mercês, Curitiba, CEP 80810-080.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Inaugurada em 21 de setembro de 1963 pelo empresário Assis Chateaubriand, pai da TV e das comunicações no Brasil, a TV Coroados divide com a Globo de Baurú o título de primeira emissora do interior do país.

Na década de 60, frente aos poucos recursos técnicos, a coragem dos funcionários foi fator essencial para levar ao ar, pela primeira vez, a própria cerimônia de inauguração da TV. Em seguida, surgiram os telejornais, que se aprimoraram, ganharam experiência e hoje se tornaram responsáveis pela credibilidade da emissora, diretamente ligados à vida e ao cotidiano dos londrinenses.

Nesses 40 anos, a emissora agregou à cultura norte paranaense, difundindo os valores do nosso Estado via satélite. Atualmente, a TV Coroados de Londrina é responsável por uma safra de bons repórteres de reconhecimento nacional, que levam o nome da tradição no jornalismo televisivo londrinense aos vários cantos deste País.

REQUERIMENTO Nº 2085

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações à equipe de trabalhadores da Unidade de Saúde 24 Horas Boa Vista, de Curitiba, pelo transcurso de seu 9º (nono) aniversário, no dia 20 de setembro de 2003.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

As Unidades de Saúde 24 Horas de Curitiba constituem uma importante inovação do Sistema de Saúde, aqui implantadas como estratégia de atendimento em escala para toda a cidade e posteriormente adotadas pelo Brasil afora.

Essas Unidades de Saúde, em número de cinco, funcionam ininterruptamente como centros de atendimento às urgências, diretamente ligados aos grandes hospitais de referência do Sistema Único de Saúde. O que proporciona à população em geral acesso facilitado e especializado em casos que necessitam atendimento imediato.

A Unidade de Saúde 24 Horas da Boa Vista funciona há nove anos, atendendo a população dentro das características descritas.

Embora sua grande estrutura física, seus equipamentos, materiais de consumo e medicamentos, o serviço que presta está essencialmente assentado em sua valorosa equipe de trabalhadores da saúde, que dia após dia dedicam-se, com crescente empenho, à proteção e recuperação da saúde da população daquela extensa região de Curitiba e inclusive da Região Metropolitana.

É a eles que devemos, em particular, essas congratulações, por ocasião do aniversário da Unidade, em reconhecimento ao trabalho que realizam.

REQUERIMENTO Nº 2098

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à firma Risotolândia, pela passagem de seus 50 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao senhor Carlos Gusso, diretor-presidente, para que receba e transmita a todos os demais diretores e servidores, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós um momento de gala, quando festejamos o cinquentenário da inauguração da importante firma paranaense Risotolândia.

Para a população paranaense é muito gratificante mostrar o lado positivo do nosso Estado, é ainda muito mais satisfatório levar ao conhecimento da opinião pública o nosso progresso tecnológico na área de alimentação.

É com orgulho que nós paranaenses vemos que o avanço tecnológico e o progresso caminham lado a lado, unindo a criatividade e a técnica com o estágio atual do desenvolvimento, dando exemplo de como a indústria da alimentação pode contribuir para a modernização de produtos e do próprio progresso da produção.

Pelo exposto, e por tantos outros destaques da mencionada firma, a sua direção e todo o corpo de auxiliares, fazem-se merecedores do nosso júbilo e de nossas congratulações, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO Nº 2050

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER Moção de Aplauso em homenagem aos 30 anos de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, e 28 anos da Embrapa-Soja, à ser entregue à Diretoria da instituição na Sessão Especial a ser realizada no dia 24/09/2003, às 14h30.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, foi criada em 26 de abril de 1973. Sua missão é viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro por meio de geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício da sociedade.

A Embrapa atua por intermédio de 37 Centros de Pesquisa, 3 Serviços e 15 Unidades Centrais, estando presente em quase todos os Estados da Federação, nas mais diferentes condições ecológicas.

No Paraná, A Embrapa possui duas unidades de pesquisa: a Embrapa-Soja, em Londrina; e a Embrapa Florestas, em Colombo.

Para chegar a ser uma das maiores instituições de pesquisa do mundo tropical, a empresa investiu sobretudo no treinamento de recursos humanos, possuindo, hoje, 8530 empregados, dos quais 2045 são pesquisadores, 47% com mestrado e 49% com doutorado, operando um orçamento da ordem de R\$660 milhões anuais.

Está sob a sua coordenação o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações, que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico.

Tecnologias geradas pelo SNPA mudaram a agricultura brasileira. Um conjunto de tecnologias para incorporação dos cerrados no sistema produtivo tornou a região responsável por 40% da produção brasileira de grãos, uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo. A soja foi adaptada às condições brasileiras e hoje o País é o segundo produtor mundial. A oferta de carne bovina e suína foi multiplicada por 3 vezes enquanto que a de frango aumentou 10 vezes; a produção de leite aumento de 7,9 bilhões em 1975 para 20,3 bilhões de litros, em 2000 e a produção brasileira de hortaliças, elevou-se de 9 milhões de toneladas, em 850 mil hectares, em 1999. Além disso, programas de pesquisas específicos conseguiram organizar tecnologias, e sistemas de produção para aumentar a eficiência da agricultura familiar e incorporar pequenos produtores no agronegócio, garantindo melhoria na sua renda e bem-estar.

Na área de cooperação internacional, a Empresa mantém 275 acordos de cooperação técnica com 56 países e 155 instituições de pesquisas internacionais, envolvendo principalmente a pesquisa em parceria. Para ajudar neste esforço, a Embrapa instalou nos Estados Unidos, com apoio do Banco Mundial, um laboratório virtual para o desenvolvimento de pesquisa em tecnologia de ponta.

Esse laboratório, conta com as bases físicas do departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em Washington permitindo o acesso dos pesquisadores à mais alta tecnologia em áreas como recursos naturais, biotecnologia, informática e agricultura de precisão.

Pelo segundo ano consecutivo, o centro da Embrapa-Soja, em Londrina, foi a melhor do País entre 40 empresas do setor avaliadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A avaliação da Embrapa leva em conta através de metas, objetivos e índices, previamente definidos - a produção científica, o desenvolvimento de tecnologias e suas transferências ao público alvo.

A Embrapa-Soja tem como principal objetivo pesquisar sementes e viabilizar tecnologias para o desenvolvimento sustentável de soja, girassol e trigo. Cerca de 200 cultivares foram desenvolvidas geneticamente nos 28 anos de funcionamento. Atualmente, estas cultivares respondem por 60% da produção nacional de sementes de soja.

Criada em abril de 1975, a Embrapa-Soja realizou em 2002 mais de mil cursos, cerca de 1.600 palestras e 95 dias de campo. Entre janeiro e março deste ano, em parceria com a Fundação Meridional - nos estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina, foram realizados 72 dias de campo sobre soja, nos quais estiveram presentes mais de 38 mil agricultores e técnicos.

REQUERIMENTO Nº 2031

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, seja enviado expediente ao senhor Marcelo Beltrão de Almeida, diretor geral do Departamento de Trânsito do Paraná- DETRAN, solicitando informações sobre as despesas daquele departamento com publicidade e propaganda nos meios de comunicação (rádios, jornais, televisão, revistas e outros), no período de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2002.

Requer ainda, seja enviada a esta Casa de Leis, a relação dos valores pagos para cada veículo adquirido ano a ano.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

É importante tomarmos conhecimento sobre as despesas auferidas, tornando-as mais transparentes, que é o principal objetivo do atual Governo do nosso Estado, e dessa forma, proporcionar ao cidadão paranaense maior participação nos assuntos relacionados ao Poder Público.

REQUERIMENTO Nº 2032

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Des. Oto Luiz Sponholz, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a criação de comarca no município de São João, com jurisdição sobre o município de São Jorge D'Oeste.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente proposta diante do elevado número de processos que tramitam naquela entrância judiciária.

A criação da Comarca de São João permitirá uma prestação jurisdicional mais próxima à comunidade, que deve ser o principal objetivo de todos.

Trata-se de reivindicação que atenderá aos municípios de São João e São Jorge d'Oeste, ficando Comarca remanescente de Chopinzinho, com jurisdição sobre o mesmo município, bem como de Saudade do Iguazu e Sulina.

Os municípios de São João e São Jorge D'Oeste cresceram muito nos últimos anos, aumentando com isso seus problemas e suas dificuldades. Por isso a instalação dessa Comarca irá melhorar a qualidade de vida daquela população e fazer justiça.

REQUERIMENTO Nº 2033

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Paulo Cruz Pimentel, diretor-presidente da Copel, solicitando em caráter de urgência, a extensão de rede

elétrica na Vila Esperança, município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Vila Esperança está localizada há duzentos metros do Paço Municipal e Igreja Matriz de Barbosa Ferraz e não dispõe de energia elétrica.

Trata-se de uma comunidade carente e sem recursos financeiros para custear essa obra.

REQUERIMENTO Nº 2034

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando serviços de recape asfáltico entre o Distrito de Congonhas e a BR 369, há 5 km do município de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Temos urgência na recuperação dessa rodovia, pois trata-se de um trecho movimentado e pela falta de conservação fica intransitável no período de chuvas, dificultando o tráfego e causando inúmeros acidentes que podem ser evitados com a referida obra de restauração e recapeamento.

REQUERIMENTO Nº 2035

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Pe. Roque Zimmermann, secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando a liberação de um microônibus para transporte de alunos, portadores de necessidades educativas especiais da Escola Especial Joani Veloso de Araújo, município de Adrianópolis.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A APAE de Adrianópolis atende 107 (cento e sete) alunos carentes do Vale do Ribeira.

A Escola tem apenas uma Kombi em estado precário, dificultando o acesso a 30 (trinta) comunidades do município.

REQUERIMENTO Nº 2041/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando nomeação

urgente de delegado de carreira em Ribeirão do Pinhal.

O referido deve-se pelo alto índice de criminalidade registrado no município, desde que este encontra-se sem delegado, conforme documento em anexo.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(aa) BARBOSA NETO
RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2047/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Administração e da Previdência, Reinhold Stephanes, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto nº 253 de 29/01/2003.

- Em face às divergências de informações prestadas pela referida Secretaria e pelo Departamento de Transporte Oficial - Deto, voltamos a questionar sobre o número real de veículos locados utilizados atualmente pelo Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Em 28/04/2003, este parlamentar enviou ofício à Secretaria de Estado da Administração e Previdência solicitando informação sobre o número de veículos locados em uso pelo Governo do Estado. Em 05/06/2003 a referida Secretaria, através do Ofício nº 0698/GS enviou resposta do Departamento de Transporte Oficial - Deto, informando estarem sendo utilizados 767 (setecentos e sessenta e sete) carros locados.

Em 08/09/2003 em matéria veiculada no Programa Jornalístico Paraná TV Segunda Edição da Rede Paranaense de Televisão que versava sobre a mudança no sistema de manutenção de veículos públicos, foi informado que o Estado do Paraná possui em sua frota atual 2.000 (dois mil) veículos locados pela gestão passada.

A discrepância entre as duas informações é que nos faz voltar a questionar a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência: qual é realmente o número de veículos locados em uso pelo atual governo? Por que são diferentes os números informados à população e a este parlamentar?

REQUERIMENTO Nº 2051/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, lembrando promessa de campanha de distribuição de leite às crianças carentes, tendo em vista o atual governo estar completando seu nono mês de gestão e ainda não existir tal programa no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2063/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao DER - Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, solicitando a recuperação do trecho rodoviário da PR-562, que liga o município de Coronel Vivida ao distrito de Vista Alegre.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se do trecho da PR-562, que liga a sede do município de Coronel Vivida até o destino de Vista Alegre e que representa acesso a, também, vários outros municípios, facilitando o escoamento das safras agrícolas até o Porto de Paranaguá.

REQUERIMENTO Nº 2064/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento - SEAB, solicitando o repasse de 02 (duas) patrulhas rurais mecanizadas para o município de Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

As atividades agrícolas do município dependem enormemente da infraestrutura fornecida pela Prefeitura Municipal e, nesse sentido, as patrulhas mecanizadas serviriam para ajudar os pequenos agricultores que nem sempre possuem meios de arar e preparar o solo adequadamente para o plantio.

REQUERIMENTO Nº 2065/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando que seja esclarecido se, em função de liminar concedida nos Autos nº 181/2003 da comarca de Matelândia, na data de 15 de agosto do corrente ano, foi o comando da Polícia Militar oficiada da necessidade de auxílio de força pública para o cumprimento da medida (reintegração de posse) e, em caso positivo, quando e em quais circunstâncias foi efetivamente desocupada a área.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de área produtiva invadida pelo MST, situação atestada pelo Incra.

Ocorre que não é a primeira vez que o fato acontece - e o que é mais grave - nesta oportunidade o comportamento dos invasores é preocupante, já que estão

destruindo o patrimônio de terceiros, demolindo benfeitorias existentes, destruindo pastagens, matando e comendo o gado.

Assim, urge uma manifestação da área de segurança sobre as providências que estariam ou estão sendo tomadas para garantir o império da lei e não o da baderna.

REQUERIMENTO Nº 2072/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, relembrando promessa de campanha de redistribuição de leite às crianças carentes, tendo em vista o atual governo estar completando seu nono mês de gestão e ainda não existir tal programa no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2075/2003

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Canal de Atendimento ao Cliente - Brasil Telecom S.A. - Caixa Postal nº 14 - Campo Grande - Mato Grosso do Sul - CEP: 79.002/970, solicitando a instalação de um telefone público na Rua Teodoro Promoski, esquina com a Rua Emenésio do Rosário Júnior, município de Colombo - PR., nas proximidades do Aviário Campo Alto e Rio Atuba.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2070/2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de V. Exa. para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Paulo Cruz Pimentel, Digníssimo diretor presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia, solicitando informações detalhadas sobre as ações daquela empresa pertencentes ao município de Campo Mourão, quais sejam:

- 1 - quantidade e tipo de ações;
 - 2 - período em que foram sendo adquiridas pelo município;
 - 3 - se houve alguma venda de ações pelo município:
- data da transação;
 - quantidade e tipo das ações transacionadas.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2104

Exmo. Sr.

Ministro Nilson Naves

DD. Presidente do

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Brasília-DF

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por ocasião da preparação da lista de candidatos à vaga de Ministro dessa egrégia Corte oriundos da Justiça Estadual, reiteramos nosso endosso ao nome da Exma. Sra. desembagadora Denise Martins Arruda, indicada por unanimidade do órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Além das qualidades próprias e do notório saber da ilustre magistrada, sua inclusão representará justa homenagem ao Paraná, neste ano em que se cumpre o Sesquicentenário da sua criação como Unidade Federativa do Brasil, pela Lei 704 de Assembléia Nacional Imperial, de 29 de agosto de 1853.

Nesses 150 anos de existência política do Estado do Paraná, seja enquanto Estado Federativo, seja enquanto Província do Império, foram poucos os paranaenses alçados à Suprema Magistratura Nacional. Assim, a nomeação da desembagadora Martins Arruda ganhará foros de conquista histórica, marco do Sesquicentenário do Paraná.

Respeitosas saudações.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná

RAFAEL GRECA

Presidente da Comissão Especial Comemorativa do Sesquicentenário de Emancipação Política do Estado do Paraná

REQUERIMENTO Nº 2092

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de pedido de informações ao senhor Cláudio Murilo Xavier - secretário de Estado da Saúde, no sentido de cobrar esclarecimentos com a máxima urgência junto à direção do Hospital de Clínicas do Paraná, concernente a denúncias veiculadas na imprensa nos últimos dias, em relação a restrições quanto ao acesso de pastores e ministros evangélicos que fazem visitas e prestam auxílio espiritual aos pacientes internados naquele hospital.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

Apoiamento:

Jocelito Canto, Ailton Araújo, Artagão Júnior, Elio Rusch, Chico Noroeste, Mauro Moraes, Barbosa Neto, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no território paranaense para que a população decida sobre a instalação de Presídio de Segurança Máxima Federal em nosso Estado.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A consulta plebiscitária apregoada pela presente proposta está calcada na necessidade de medir-se qual o verdadeiro interesse do povo do Paraná, no que concerne a instalação ou não de um Presídio Federal de Segurança Máxima no território de nosso Estado.

Recentemente o governo federal demonstrou o interesse de construir um estabelecimento carcerário, no âmbito territorial do Estado do Paraná, para cumprimento de penas de competência federal, como tráfico de drogas, crime organizado e outros crimes afetos a esfera da União.

Por um lado a população tem acompanhado através da imprensa, a situação em que se encontram os presídios da grande maioria, para não dizer da totalidade dos Estados brasileiros, que assim como as delegacias de polícia, encontram-se superlotados, colocando os detentos em condições sub-humanas.

Estamos, também, assistindo ao caso Fernandinho Beira Mar, que nenhum Estado está aceitando que o mesmo permaneça cumprindo pena em seus territórios, visto o risco que o mesmo representa, assim como outros tantos presos perigosos ligados a facções criminosas.

Enquanto isso, os presídios dos Estados, em especial do Paraná, estão abarrotados de presos que deveriam estar cumprindo penas em estabelecimentos mantidos pelo governo federal e não pelo Estado.

As delegacias de polícia estão servindo de cadeias públicas para cumprimento de penas, um desrespeito ao indivíduo e aos mandamentos da Constituição do Brasil.

Se de um lado a construção de um presídio de segurança máxima vem contribuir para que se alivie o número de detentos em estabelecimentos correcionais do Estado, por outro lado o risco aumenta, pois presos perigosos de outros Estados poderão ser deslocados para serem alojados em nosso território paranaense, criando uma situação de difícil solução.

O Estado precisa de vagas, mas a nossa população talvez não queira correr riscos, impasse este que provoca a necessidade desta Casa de Leis, buscar um posicionamento oficial sobre o assunto, fundamentado no interesse

do povo, legalmente manifesto através do exercício democrático do plebiscito.

Será uma oportunidade de todas as correntes de pensamento acerca do problema se manifestarem, através da imprensa, em discussões, debates, seminários e fóruns sobre o assunto, buscando consubstanciar e fornecer elementos informativos para a decisão do povo.

O atual governo federal, através dos programas partidários que o apóiam, como também pelas promessas realizadas quando o pleito que o elegeu, sempre deixou clara a necessidade da ouvida do interesse público, e da participação direta da população nas decisões importantes de governo (Governo Participativo).

Pois bem, estamos propondo que seja realizado um plebiscito no âmbito do Estado do Paraná, para que a população manifeste seu pensamento e sua vontade, para que o resultado da consulta, possa fundamentar as atitudes que o legislativo paranaense tomará, apoiando ou repudiando a implantação de presídios federais de segurança máxima em nosso território.

Em assim sendo, conclamo os nobres pares desta Casa, para que manifestem o devido apoio à presente proposta de plebiscito, por entender que se está dando vassalagem à máxima expressão do estado democrático de direito impondo o chamamento da população, para que diretamente, através do voto, de forma livre, indiquem à Assembléia Legislativa, ao Governo do Paraná e ao Governo Federal, uma manifestação sobre a questão.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 556/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dona Leopoldina - Ensino Fundamental, com sede e foro no distrito de Primavera, município de Juranda-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dona Leopoldina - Ensino Fundamental, com sede e foro no Distrito de Primavera, município de Juranda - PR., à Rua Almirante Barroso, s/nº, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na

integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 557/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Casa do Padre Bernardo Reck, obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa Padre Bernardo Reck, com sede e foro no município de Santa Isabel do Ivaí.

A entidade Casa Padre Bernardo Reck, obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, sem fins lucrativos, foi fundada em 25 de agosto de 1976 e realiza, com sucesso, trabalhos na prática de caridade cristã, no campo da assistência social e promoção humana.

Suas principais atribuições consistem em manter estabelecimentos destinados a abrigar pessoas idosas, proporcionando-lhes assistência material e espiritual, além de criar e manter os referidos serviços para as famílias necessitadas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 558/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Creche Nossa Senhora Aparecida, situada na Rua Brescia, no município de Floresta, está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social.

A entidade presta assistência e guarda de crianças de 0 a 6 anos e tem suas obrigações e propósitos de acordo com as diretrizes e normas da política nacional de bem-estar do menor.

É fundamental prevenir a marginalização da criança carente e de sua família, promovendo inclusão

social através de políticas destinadas ao cuidado integral do cidadão, desde a tenra idade. A creche é sem dúvida uma das formas mais eficazes de cuidar das crianças, despertando nas mesmas vivências novas e estimulando a consciência crítica.

Através do trabalho da Creche Nossa Senhora Aparecida, as famílias ficam despreocupadas para trabalhar, enquanto as crianças são bem cuidadas.

O incentivo à escolarização também faz parte dos objetivos da creche, contribuindo para a erradicação do analfabetismo.

A Creche Nossa Senhora Aparecida merece o reconhecimento do título de Utilidade Pública por seu trabalho essencial.

PROJETO DE LEI Nº 559/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social Municipal de Floresta, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.09.2003

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Provopar de Floresta coordena programas com o intuito de atender a criança, o idoso e o deficiente; organizar a ação do voluntariado, para melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais; incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social, para sua maior participação; melhorar a condição de vida da população carente, através de uma educação popular; promover a integração do Programa com órgãos oficiais que atuam no campo social, para melhor atendimento às entidades sociais; e a realização de programas emergenciais.

Nos termos do artigo 9º do Estatuto da entidade, “os membros não serão remunerados, pois o exercício de suas funções é considerado serviço de relevância pública”.

O trabalho do Provopar de Floresta é fundamental para a comunidade daquele município e merece receber o título de Utilidade Pública, reconhecimento do Poder Público Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 560/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Estado do Paraná, uma modalidade de loteria denominada “Raspadinha Cultural”, mediante concurso de prognósticos sobre o resul-

tado do sorteio de números, promovido mediante a utilização de loteria instantânea com cartões premiados já impressos, com distribuição de prêmios mediante rateio, a ser realizada e controlada pela Lotopar - Loterias do Estado do Paraná, na forma e condições específicas nesta lei.

§ 1º - A íntegra dos recursos líquidos arrecadados pela modalidade de loteria regulada pela presente lei, será integralmente repassada ao Fundo Estadual de Cultura, para aplicação de acordo com a regulamentação do referido fundo.

Parágrafo Único - Para a administração e promoção da loteria regulamentada pela presente lei fica a Lotopar autorizada a cobrar taxa de administração de no máximo 2% do valor arrecadado pela "Raspadinha Cultural".

Art. 2º - O resultado líquido do concurso de prognósticos instituído pela presente lei, obtido depois de computados e deduzidos do valor global arrecadado com as apostas, as despesas de custeio e de manutenção dos serviços, o valor dos prêmios e as cotas de encargos sociais incidentes sobre a receita bruta de cada sorteio, será integralmente repassada ao Fundo Estadual de Cultura, para aplicação, de acordo com a regulamentação do referido fundo, e na forma das prioridades e critérios de aplicação decididos pelo Conselho Estadual de Cultura.

§ 1º - No mínimo 90% (noventa por cento) dos recursos arrecadados com a "Raspadinha Cultural" deverão ser investidos no fomento às atividades culturais de empreendedores e artistas paranaenses, conforme critérios delimitados pelo Conselho Estadual de Cultura, nas seguintes áreas de produção cultural:

- Música;
- Artes Cênicas;
- Audiovisual;
- Literatura;
- Artes Visuais;
- Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural;
- Folclore, Artesanato e Manifestações Culturais Tradicionais.

§ 2º - Os recursos arrecadados com a "Raspadinha Cultural", administrados pelo Fundo Estadual da Cultura, devem ser aplicados nas áreas acima para promover a difusão da Cultura através de:

- a) apoio à pesquisa; à realização de exposições, festivais, seminários e oficinas;
- b) apoio ao aperfeiçoamento de artistas e técnicos das áreas mencionadas no parágrafo primeiro do artigo 2º desta lei;
- c) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural, destinados a exposições públicas;
- d) instituição e implantação de "bônus - cultural" e outras iniciativas similares;

e) apoio à reforma e/ou construção de edificações destinados a fins culturais, e aquisição dos equipamentos que se fizerem necessários;

f) preservação e divulgação do patrimônio cultural, natural e artístico do Estado;

g) apoio à produção e circulação dos bens culturais;

h) apoio à produção e circulação de bens culturais mediante projetos de responsabilidade de órgãos e agências públicos vinculados à área cultural;

i) apoio a outras atividades culturais consideradas relevantes pelo Conselho Estadual de Cultura.

Art. 3º - O governador do Estado, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação da presente lei, expedirá decreto aprovando a regulamentação da presente, dispondo sobre todos os requisitos operacionais para a plena eficácia da modalidade especial de loteria ora instituída, em especial regulamentando a forma de realização do concurso de prognósticos, fixação dos prêmios, o valor unitário das apostas, o limite das despesas de custeio e a manutenção do serviço.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, na linha da opção histórica já realizada por outros Estados brasileiros (em especial o Estado de São Paulo - vide reportagem em anexo ao presente projeto), visa instituir uma modalidade de loteria instantânea (onde o apostador recebe a premiação instantânea através de cartão que, comprado pelo apostador, é pelo mesmo imediatamente raspado, sendo os prêmios menores pagos pelos próprios estabelecimentos lotéricos onde comprados o cartão e os prêmios maiores são pagos pela Lotopar), denominada "Raspadinha Cultural", que visa estruturar e possibilitar ao Estado do Paraná a arrecadação de recursos para aplicação na área do fomento à cultura, através do Fundo Estadual de Cultura.

De outra face, sabe-se que a crise fiscal que afeta a todo o Poder Público Brasileiro vem, tristemente, resultando em diminuição do orçamento público que pode ser aplicado no fomento à cultura, que fica, de certo modo, limitada à disputa do mercado. Essa disputa acaba por resultar em direto prejuízo sobretudo às atividades de manifestação cultural sem grande repercussão na mídia que, justamente, são aquelas que muitas vezes representam a manutenção do patrimônio cultural regional e local, cuja tarefa de manutenção e incentivo é dever essencial do Poder Público Brasileiro, na esteira da cláusula constitucional do parágrafo primeiro do artigo 215 da Constituição Federal¹. Como a responsabilidade pela cultura também é do ente federativo Estado, conforme o artigo 190 da Constituição Estadual, é evidente que o Estado do

Paraná não pode se furtar de intervir e exercer sua competência nesse setor. E esse projeto de lei visa, assim, dotar de plena eficácia essa atividade do Poder Público Estadual, prevendo-lhe inclusive fonte específica de recursos.

Assim, sob o aspecto da necessidade e do atendimento ao interesse público em amplo sentido¹, o presente projeto visa atender um contingente de tarefas delegadas ao Poder Público Estadual criando-se uma forma de arrecadação de recursos próprios para financiamento do Fundo Estadual de Cultura, onde os projetos dos empreendedores culturais paranaenses são analisados de modo amplo e democrático, inclusive com a participação direta dos representantes da sociedade civil envolvidos na produção cultural do Estado do Paraná.

No que pertine a competência, o presente projeto insere-se, no aspecto técnico-jurídico, no exercício das competências comuns entre União, Estado e Municípios, na forma dos incisos IX do artigo 24 da Constituição Federal².

Não obstante, inexistente reserva de iniciativa do Executivo no projeto em exame, eis que a hipótese não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná, restando expressa tal possibilidade de iniciativa em face dos hialinos termos do inciso XVII do artigo 53 da nossa Constituição Regional, que dispõe:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria de legislação concorrente de que trata o artigo 24 da Constituição Federal;”

Assim, e a toda evidência, evidentemente afirmada a competência para a proposição do presente projeto. Por fim, tampouco há que se opor qualquer óbice de natureza orçamentário e financeira ao presente projeto, eis que é evidente que a presente, ao instituir mecanismo específico de arrecadação de recursos para o Poder Público Estadual, de natureza não-tributária, não implica em qualquer incidência da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 - no que pertine a criação de despesa nova. Até porque todo o custeio com a implementação da lei será financiado por fontes próprias, sem qualquer violação aos princípios gerais do equilíbrio orçamentário e financeiro e à boa administração do erário

1. “Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”

Público Estadual, atendido, com isto, o exigido pelos incisos I e II do artigo 167 da Constituição Federal³.

Em conclusão, a lei ora proposta, completando os elementos fundamentais de resguardo e afirmação da cidadania cultural dos paranaenses merecerá, certamente, desta Casa de Leis, não só o apoio como a aprovação, em face do inescusável compromisso dos deputados paranaenses com as necessidades mais prementes da população do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 561/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Estado do Paraná, o Festival Estadual de Teatro Estudantil, destinado a fomentar a organização de grupos de teatro nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, mediante a realização de oficinas de formação e montagem de grupos teatrais amadores em cada unidade educacional, na forma desta lei.

Art. 2º - O Festival Estadual de Teatro Estudantil, que realizar-se-á anualmente, será a última etapa das oficinas de fomento de grupos de teatro nas unidades da Rede Estadual Pública de Ensino, e serão ministradas por instrutores especialmente contratados, na forma da lei, pela Secretaria Estadual de Educação e/ou Secretaria Estadual da Cultura.

Parágrafo Único - O trabalho de instrutores poderá ser exigido como contrapartida dos empreendedores de projetos culturais que recebam recursos do Fundo Estadual de Cultura.

Art. 3º - A seleção dos grupos teatrais candidatos aos prêmios do Festival Estadual de Teatro Estudantil,

1. Para tanto entende, veja-se a lição do professor Celso Antônio Bandeira de Mello, no seu consagrado Curso de Direito Administrativo (14ª ed. Malheiros Editores: São Paulo - 2002), ao depurar tal distinção no âmago da doutrina italiana: “Tendo em vista este caráter de assujeitamento do poder a uma finalidade instituída no interesse de todos - e não da pessoa exercente do poder -, as prerrogativas da Administração não devem ser vistas ou denominadas como “poderes” ou como “deveres-poderes”, pois nisto se ressalta sua índole própria e se atrai atenção para o aspecto subordinado do poder em inerentes limitações.

Também assim melhor se compreenderá a distinção corrente da doutrina italiana entre interesses públicos ou interesses primários - que são os interesses da coletividade como um todo - e interesses secundários, que o Estado (pelo só fato de ser sujeito de direitos) poderia ter como qualquer outra pessoa, isto é, independentemente de sua qualidade de servidor de interesse de terceiros: os da coletividade.”

será feita por categorias por idade e região, e a premiação consistir-se-á, também, em incentivo e apoio para apresentação dos grupos selecionados em todo o Estado do Paraná, e será feita pela Secretaria de Estado da Educação e/ou pela Secretaria de Estado da Cultura, mediante composição de Comissão Especial que deverá ser formada por no mínimo 05 (cinco) membros a serem nomeados pelo respectivo Secretário da pasta responsável.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Educação e/ou Secretaria de Estado da Cultura fixará, num prazo de noventa dias, as demais diretrizes gerais do Festival Estadual de Teatro Estudantil, e será o responsável pela sua supervisão.

Art. 5º - Os recursos do Festival Estadual de Teatro Estudantil terão origem:

I - no orçamento da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Cultura, especialmente destinados ao Festival Estadual de Teatro Estudantil;

II - através de recursos do Fundo Estadual de Cultura;

III - em outras fontes.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, sendo que contará com plena eficácia em 01 de janeiro de 2004, com a estipulação, pelo Poder Executivo Estadual das dotações financeiras e/ou incentivos fiscais necessários à plena execução do ora regulado.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Arte - expressão da cultura de um povo, nos ensina a História da Civilização - é a manifestação do espírito do ser humano, a manifestação do que nele há de melhor e de mais rico. Na atualidade, uma das principais formas de expressão da arte humana se faz através das ditas "artes cênicas" do qual o teatro é a sua mais conhecida expressão. Mais do que forma de expressão cultural, o teatro em especial assume, ainda, importância ímpar no processo educacional dos estudantes - principalmente, do ensino fundamental e médio, eis que propicia a descoberta de talentos e a formação para melhor expressão do cidadão nas mais diversas atividades profissionais para as quais se encaminhará. De outra face, o fomento à expressão teatral dos estudantes cimenta a identidade cultural

2. "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;"

3. "Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os critérios orçamentários ou adicionais;"

da sociedade, possibilita o fortalecimento da cultura local - principal vítima da globalização cultural, na feliz expressão de Octávio Ianni - e possibilita formação de profissionais habilitados. Fortalece, tanto individual como coletivamente, a auto-estima dos estudantes e grupos sociais que se relacionam com a escola fundamental e média.

O Estado do Paraná, mercê do desempenho primoroso dos seus atores e produtores de artes cênicas, é um dos poucos estados brasileiros que ainda não adotou o mecanismo estadual de incentivo às artes cênicas no ensino médio e fundamental, como importante processo auxiliar de formação educacional completa e, também, como forma de incentivo a essa forma de produção cultural.

Assim sendo, a presente lei - dando tratamento diferenciado às Artes Cênicas, com a instituição de um Festival Estadual de Teatro Estudantil- permitirá específico incentivo para os grupos teatrais estudantis e para os profissionais da área, que deverão colaborar nesse projeto como instrutores nas escolas públicas paranaenses. A realização das oficinas de montagem de grupos teatrais nas mais diversas cidades paranaenses culminará com o prefalado Festival Estadual, onde os estudantes das escolas públicas de todo o Estado poderão apresentar as peças selecionadas não só pelo aspecto meramente cultural, mas sobretudo educativo.

No que pertine a competência, o presente projeto insere-se, no aspecto técnico-jurídico, no exercício das competências comuns entre União, Estados e Municípios, na forma dos inc. IX do art. 24 da Constituição Federal¹. Não obstante, inexistente reserva de iniciativa do Executivo no projeto em exame, eis que a hipótese não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná, restando expressa tal possibilidade de iniciativa em face dos hiliados termos do inciso XVII do art. 53 da nossa Constituição Regional, que dispõe:

"Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o específico no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria de legislação concorrente de que trata o artigo 24 da Constituição Federal:"

Assim, e a toda evidência, evidentemente afirmada a competência para a proposição do presente projeto. Por fim, tampouco há que se opor qualquer óbice de natureza orçamentária e financeira ao presente projeto. De início, verifica-se que a presente lei, ainda que possa ter vigência e plena eficácia com sua promulgação, só exercerá seus efeitos financeiros sobre as Finanças Estaduais - mediante prévia dotação orçamentária para fins de repasse

1. "Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educate, cultura, ensino e desporto".

dos recursos à realização do Festival Estadual de Teatro Estudantil - no próximo exercício, atendido, com isto, o exigido pelos incisos I e II do art. 167 da Constituição Federal¹. E, de todo modo, só poder-se-á realizar tal despesa mediante o prévio estudo de impacto orçamentário e financeiro previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000.

Em conclusão, a lei ora proposta, completando os elementos fundamentais de resguardo e afirmação da cidadania cultural dos paranaenses, merecerá, certamente, desta Casa de Leis não só o apoio como a aprovação, em face do inescusável compromisso dos deputados paranaenses com as necessidades mais prementes da população do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há expediente e como o Pequeno Expediente e o Grande Expediente, foram dedicados a uma homenagem que esta Casa fez à Polícia Civil, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PTB, concedo a palavra ao deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O que nos traz a esta tribuna nesta Sessão, em nome do PTB, é de falar, hoje, sobre o funcionamento, a partir de hoje, das UTI's na cidade de Ponta Grossa.

Depois de muita luta, depois daquela caminhada que nós fizemos até aqui em Curitiba, depois das intensas cobranças que nós fizemos aqui nesta Casa, 10 leitos de uma UTI estão funcionando a partir de hoje, na cidade de Ponta Grossa. Com isso conseqüentemente, nós aumentamos, quase dobramos o número de leitos em Ponta Grossa nesses primeiros nove meses. Então, aqui fica o registro do nosso agradecimento ao governador do Estado, na pessoa do próprio governador Roberto requião, também ao secretário Cláudio Xavier, que de forma rápida atendeu o pleito, atendeu à necessidade do nosso povo e as UTI's, começaram a funcionar no dia de hoje.

Então, aqui fica o registro deste agradecimento ao governo, que aquilo que o governador Jaime Lerner não fez em oito anos, deputado Elio Rusch, o governador Roberto Requião fez em nove meses.

Então fica esse elogio, as UTI's de Ponta Grossa estão funcionando hoje - 10 leitos - e estão salvando vidas em Ponta Grossa e região dos Campos Gerais. Sem contar os leitos das UTI's do Bom Jesus, dois novos e dois na Santa Casa. Estamos dobrando a capacidade de

leitos em UTI's na cidade de Ponta Grossa. Como fui crítico aqui, critiquei o secretário, volto agora aqui para elogiá-lo, porque as UTI's nesse momento são uma realidade e quem tinha 16, 17 hoje está chegando a 30. E isso chama-se respeito ao nosso povo, principalmente na questão da saúde. Valeu os nossos pronunciamentos aqui, valeu a caminhada que nós fizemos, valeu a caminhada do Leopoldo Cunha, valeu a nossa força, a presença do governo, do secretário que foi à Brasília e nós conseguimos os leitos em UTI's, deputado Anibelli, líder do PMDB, agradeça ao PMDB pelas UTI's. Ao deputado Vanhoni, agradeça ao secretário porque nesse momento as UTI's, são uma realidade.

Mas, para finalizar só está faltando uma coisa deputado Vanhoni, na maior bacia leiteira do Estado do Paraná, Ponta Grossa, Castro e Carambeí, ainda não chegou o leite das crianças. Só estou cobrando e vou fazer todos os dias, até que o governo coloque o leite lá na cidade de Ponta Grossa, e na região dos Campos Gerais, sei que tem um cronograma. Esse leite é só nosso, amigo, não serve lá para Ponta Grossa. Nós queremos o leite das crianças, prometido pelo governador e que está sendo feito por regiões, mas precisa fazer em Ponta Grossa, porque o povo está precisando. Já há um movimento lá do pessoal que quer vir com uma carroça e quer trazer de Curitiba a Ponta Grossa/Ponta Grossa - Curitiba, duas vacas holandesas, para doar para o Estado, para fazer o leite das crianças lá em Ponta Grossa.

Então nós esperamos que o governo do Estado cumpra com o seu compromisso como cumpriu com as UTI's, coloque o leitinho das crianças de Ponta Grossa, Reserva e de toda a região dos Campos Gerais. Leite para as crianças, um litro de leite para cada criança que nascer. São nove meses que irão completar agora. A criança está nascendo e o leite não chegou nos Campos Gerais.

Parabéns ao governador Requião pelas UTI's, mas que o leite das crianças ainda não chegou e nós estamos aguardando. Todos os dias vamos cobrar, todos os dias estou colocando um requerimento aqui pedindo para que o leite chegue a Ponta Grossa. O dia que o leite chegar em Ponta Grossa, venho aqui fazer uma saudação como estou fazendo hoje das UTI's. Leite das crianças, na maior bacia leiteira do Paraná, não chegou ainda senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Arlene Caramês)

Concedo a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Voltamos à tribuna neste início de primavera para não deixarmos no esquecimento um assunto que foi levantado nesta tribuna pelo deputado Elio Rusch, a respeito da instalação de um presídio federal de segurança máxima em Cascavel.

1.“Art. 167. São vedados:

I- o início de programas ou projetos não incluídos numa lei orçamentária anual;

II- a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;”

Já havíamos feito aquela colocação em que nos posicionávamos contra e dizíamos o porquê. Queremos que esta Casa continue debatendo e discutindo este assunto que não diz respeito somente a Cascavel e Região Oeste. Mas a todo o Estado do Paraná.

Esta Casa tem, cada vez mais, a obrigação de discutir esse assunto. E até no sentido de fazer com que o governador Roberto Requião coloque a cabeça em seu travesseiro, analise e pense das consequências deste ato.

Quero crer que o senhor governador não esteja inteirado deste assunto. Como não estava quando o atual secretário da Justiça queria transformar o presídio industrial de Guarapuava, que é modelo para o Paraná e para o Brasil, é mais um depósito de preso. Queria porque queria, mandando inclusive colchonetes para serem colocados nas celas que abrigam apenas dois presos. Presos estes que têm condições de trabalhar, de se recuperar e, por conseguinte, se reintegrar na sociedade. Já era uma determinação. Mesmo por escrito o secretário me respondeu um ofício dizendo que iria ver a alteração. Se não fosse o movimento de Guarapuava pela juíza corregedora doutora Cristina Bitencourt, que mobilizou toda a sociedade. E isto levou o governador Roberto Requião até Guarapuava para conhecer o presídio de Guarapuava. Visitou as instalações, as celas, o modelo. E, a partir daquele momento o governador disse que não iria mexer no presídio, e que o presídio iria continuar daquela maneira.

Por isso, queria nesta tribuna pedir ao governador Roberto Requião que avalie esse ato. Que não queira esse presente de grego que o Governo Federal manda para o Paraná. Presídio de segurança máxima em Cascavel.

Vejam, senhores deputados, é uma região com sérios problemas. Não problemas que os paranaenses causam, mas problemas que a tríplice fronteira traz. Problemas de contrabando, tráfico de drogas, evasão de divisas. Mas, se analisarmos os nomes das pessoas envolvidas, tanto no tráfico como na evasão de divisas, vamos ver que o nome de paranaenses é muito pouco numa dessas listas. Mesmo durante a CPI do narcotráfico, da qual fiz parte, da Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico, nós não conseguimos descobrir nenhum Fernandinho Beira-mar no Paraná. Não temos ainda nenhum traficante do porte desse que comanda o Comando Vermelho. O nosso receio é que, com a instalação de um presídio de segurança máxima em Cascavel, possamos atrair essas quadrilhas para cá. Se fizermos uma avaliação rápida vamos ver que, os Estados que têm presídio de segurança máxima não querem esses presos lá. A nossa sugestão é que o presídio seja construído, mas não no Paraná. Temos outros locais para serem construídos.

Nós vamos trazer esse presídio para uma zona já com diversos problemas e vamos criar uma grande facilidade para a instalação da quadrilha, para a instalação de todo o entulho desses bandidos e dando condições não só para a quadrilha, mas para os seus membros cometerem

os delitos, influenciarem nas decisões daqueles que estão presos com a facilidade de atravessar a ponte da amizade, ir para o Paraguai ou atravessar a Ponte Tancredo Neves e ir para a Argentina e cair naquele local que é tido no mundo como uma zona de ninguém, território de ninguém.

Nós vamos levar para o oeste do Estado, uma região progressista, uma região de terras férteis, uma região...

O Sr. Elio Rusch

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Fernando Ribas Carli, ouço com toda atenção o pronunciamento que V. Exa. faz na sessão de hoje, a exemplo daquilo que nós já fizemos na semana passada quando nós usamos a tribuna e V. Exa. solicitou um aparte para que pudesse participar dessa discussão, do deputado Durval Amaral também e tantos outros deputados aqui da Assembléia Legislativa que se manifestaram em relação à construção do presídio federal no Estado do Paraná, mais precisamente na cidade de Cascavel no Oeste do nosso Estado.

Já na semana passada falávamos e gostaríamos de reafirmar, hoje novamente, que a sociedade de Cascavel por meio dos sindicatos, por meio das suas entidades organizadas, estão se manifestando e mobilizando tentando com isso convencer o governo do Estado por meio da Secretaria da Justiça e também o próprio governo federal que o Paraná não quer e não aceita esse presídio federal. Não é justo que o governo do Estado do Paraná aceite um “presente de grego” como V. Exa. muito bem disse.

Alguém já disse que o presídio federal iria gerar empregos, que poderia trazer para a região oeste do Paraná e para Cascavel muitos investimentos e com isso poderia desenvolver o município, economicamente, a nossa região. Não vejo dessa forma e não posso conceber que alguém tenha essa idéia. Ora, o presídio federal tem o objetivo único e exclusivo de abrigar os condenados, os presos federais, que cometem crimes federais.

O governo do Paraná, por sua vez, não tem autonomia nenhuma para legislar sobre essa questão e por que nós do Paraná ao invés de nos preocuparmos na construção de presídios estaduais, penitenciárias estaduais, que possamos abrigar os nossos condenados do Estado, vamos trazer os “Fernandinhos Beira-Mar” para o Estado do Paraná?

Depois de construído lá em Cascavel o presídio, virão para o oeste não só os condenados, mas virão os seus familiares e toda a ramificação. Fui informado também há poucos instantes que a Associação Comercial em Cascavel por meio da sua presidente, Suzana, fez uma pesquisa e 78% da classe empresarial é contra o presídio federal e o próprio prefeito de Cascavel, delegado Bueno, a quem estimamos, foi nosso companheiro aqui na Assembléia Legislativa, ao menos a Imprensa tem noti-

ciado que antes dele ceder essa área para construção do presídio federal também iria consultar a sua gente, a sua população.

Espero que o governo do Estado e todas as entidades de Cascavel efetivamente se mobilizem sim, porque senão virá para o oeste do Paraná que é uma região progressista, que produz alimentos para o Paraná e para o Brasil, os “Fernandinhos Beira-Mar” e não podemos conceber isso aí porque senão no Paraná vamos importar os marginais e espantar os investimentos no nosso Estado. Não podemos concordar com isso.

Parabéns pelo vosso pronunciamento!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado deputado Elio Rusch!

Quando V. Exa. faz essas colocações e traz números, acredito que isso vem ao encontro do anseio de todos os paranaenses. Nós precisamos consultar a população e é isso que eu mais uma vez queria sugerir, ao encerrar o meu pronunciamento, ao governador Roberto Requião, que antes da decisão final de permitir que seja construído em Cascavel, no oeste do Estado, no nosso Estado do Paraná, um presídio federal de segurança máxima, que não resolverá o nosso problema carcerário porque lá estarão somente presos considerados presos federais, que cometeram crimes federais, peço a S. Exa., senhor governador Roberto Requião, através do ilustre líder Ângelo Vanhoni, que façamos uma pesquisa de opinião em Cascavel e se não for suficiente, que façamos no Paraná. Porque isso vai afetar a vida de todos os paranaenses. Vamos ver se os paranaenses querem o presídio ou preferem mais uma universidade federal, investimentos em educação, em saúde, de infra-estrutura.

E vamos sugerir, temos ainda regiões desabitadas do nosso país, para que possamos construir o presídio de segurança máxima federal. É uma necessidade, mas vamos procurar regiões desabitadas que ainda existem em nosso país, com dificuldades de acesso e até dificuldades de comunicação. E não ali em Cascavel, próximo a tudo, dentro de uma das cidades que mais cresce em todo o país. Uma das regiões mais progressistas, das terras mais férteis do mundo, nós vamos levar um presídio.

Então, peço ao ilustre governador Roberto Requião que faça uma consulta popular, um plebiscito.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

PFL, deputado Plauto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhora presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

É com satisfação que venho hoje à tribuna desta Casa, senhores deputados, para relatar aqui matérias que foram vinculadas na grande imprensa do Brasil e aqui na imprensa estadual, em relação à atitude clara e equilibrada que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da

Silva está tomando. Está aqui nos jornais, tanto no jornal do nosso Estado “A Gazeta do Povo”, como nos demais jornais do país aonde diz: “Lula deve liberar soja transgênica.”

Uma posição clara que o presidente da República vem tomando e era a grande preocupação que nós tínhamos. E dizíamos sempre. Vamos aguardar uma decisão do governo federal, para que depois que Brasília decidir, nós possamos trazer esse debate ao Plenário desta Casa, para que não venhamos a ficar na contramão da história. Fica claro para mim que o presidente Lula, através dessa medida provisória que está encaminhando à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional, pedindo a liberação do plantio dos transgênicos iniciando pelo Rio Grande do Sul, ainda lá os produtores rurais já plantam percentual significativo das áreas cultivadas com sementes transgênicas, da soja transgênica.

E, isso está de acordo com a vontade do presidente da República, e aquilo que a imprensa está trazendo está se estendendo, de acordo com a vontade dele, para o restante do nosso país.

E, agora, deputado Nelson Justus, aqui eu coloco: estamos aí numa situação contrária à vontade dos produtores do nosso país, dos produtores dos nossos estados. Por que não aqui no Paraná, deputado Ângelo Vanhoni, nós abrimos a possibilidade do plantio da soja transgênica e a não transgênica? Vamos fazer a rastreabilidade da soja plantada, para que possam os produtores do nosso Estado plantar as duas. Eles decidem aquilo que será melhor, aquilo que possa até trazer para eles um resultado econômico melhor.

Só que se a França, a Inglaterra, se os países da Europa querem comprar a soja não transgênica tão debatida aqui nesta Casa, eles vão ter a opção de comprar a soja não transgênica.

E se quiserem comprar a soja transgênica, também vão ter a opção.

Então, está aí uma situação séria, aonde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, presidente eleito pelo Partido dos Trabalhadores, está de acordo com a imprensa, tomando a iniciativa de mandar para o Congresso Nacional uma medida provisória liberando, começando pelo Rio Grande do Sul, o plantio dos transgênicos.

Concedo um aparte ao deputado Elton Carlos Welter.

O Sr. Elton Carlos Welter

Veja só, o Paraná é um dos estados que mais produz no setor agropecuário, tanto em sementes como produtos de origem animal. O Paraná tem uma característica exemplar no setor de exportação pelo Porto de Paranaguá. Por que não nos diferenciarmos nessa questão de transgenia? É essa a questão que a Bancada do PT aqui levanta, independente da posição nacional ser da pressão que o Governo Federal está tendo com relação ao tema. E acredito em uma saída inteligente e por isso estamos

colocando essa discussão, onde o setor da pesquisa, onde o setor da política, onde o setor produtivo, onde os agricultores estão se questionando se é bom ou se é ruim.

Por isso, nós aqui no Estado entendemos que ainda é importante que se segure, que se dê uma moratória para que tenhamos uma vantagem competitiva, porque é isso que está sendo sinalizado para o Estado do Paraná.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Ora, deputado Welter e senhores deputados! Essa é uma discussão um tanto quanto polêmica e que nós temos que nos aprofundar. E para mostrar e trazer para a opinião pública como um todo, o que é e o que são esses mercados, como o mercado da Europa e o mercado dos demais países do mundo, com relação à compra e importação da soja. A Ocepar traz aqui, na Gazeta do Povo, nesta semana matéria, onde tem uma posição do presidente Lula, depois tem uma posição do vice-governador Orlando Pessuti afirmando que deve ser proibida a soja no Estado do Paraná e depois há uma declaração do Sr. Nelson Costa, que é representante da Ocepar, dizendo que de forma alguma será prejudicado o mercado do Paraná junto aos países europeus, porque o que eles querem mesmo é um preço menor, um custo menor.

Enfim, é um problema seriíssimo. Nós temos que discutir, avaliar e termos os números concretos sobre o mercado europeu, o mercado importador de soja no nosso Planeta. E essa discussão tem que acontecer antes de proibirmos, de proibirmos o plantio de transgênicos no Paraná. Vamos deixar liberado para que possam, os produtores, escolher o que é melhor para eles, qual soja plantar. Se já temos dentro do Porto de Paranaguá, e o deputado Stica sabe muito bem, um canal e um espaço para que os paraguaios possam exportar a sua soja e por ali passam sojas transgênicas, que são exportadas pelo nosso Porto.

Então, tudo isso é uma ampla discussão! Não é bem assim: vamos proibir, porque nos não vamos mais conseguir vender soja! E pelo que fala aqui o senhor representante da Ocepar, ele deixa claro que a Argentina, que quase 100% daquilo que se produz naquele País de soja, é soja transgênica e só no último ano eles tiveram um crescimento de 17% na exportação de farelo de soja. Enfim, temos que discutir! Antes de aprovarmos uma lei tão polêmica, temos que discutir para não prejudicarmos o nosso Estado do Paraná.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

No PSDB, com a palavra o deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhora presidente, senhores deputados.

Mais uma vez subindo à tribuna aqui desta Casa para, pela terceira vez, falar de um projeto complexo e muito abrangente, que são os transgênicos. E quero aqui

agradecer ao líder do Governo, o deputado Vanhoni, e também ao líder do PMDB, o Anibelli, pelas reuniões que foram realizadas e já discutidas entre os parlamentares e, ao mesmo tempo, ao autor do projeto, o deputado Elton, que essa discussão foi muito importante. Hoje já vemos aí, nós que somos do interior, Vanhoni, temos visto a credibilidade da Casa, hoje os deputados, discutindo um projeto tão importante para o desenvolvimento da agricultura tão importante para o desenvolvimento da agricultura do Estado do Paraná, uma agricultura que contribui hoje com o superávit brasileiro, e principalmente dessa reunião que foi feita no Palácio do Governo com o vice-governador, secretário da Agricultura, e governador, em exercício, Orlando Pessuti. E ali pudemos debater entre as cooperativas, presidentes dos sindicatos rurais e, principalmente, ouvir ali os depoimentos de empresas e depoimentos também de uma das maiores empresas hoje da América Latina, que é a Cooperativa Agropecuária Mourãoense, através do seu presidente - doutor Haroldo Galassine que expôs ali quais seriam os riscos, as vantagens. E eu acredito que após essa reunião, tanto o deputado Elton Welter, o Líder do Governo, como também o líder do PMDB, e demais lideranças de partidos políticos, esse projeto, tenho a certeza, será amplamente discutido para um melhor crescimento na área da agricultura. E dizer, senhores deputados, todos nós sabemos que nós não podemos votar contra, hoje, a tecnologia, não podemos votar contra a ciência, o Paraná que começou a plantar a soja, nós colhemos aí 60 sacas de soja por hectare, com a tecnologia, com a ciência, nós estamos a 145. O Paraná que colhia 110 sacas de milho, com a tecnologia do milho, hoje são 400 sacas por alqueire.

Então, nós que vemos hoje as grandes potências do Mundo, países de primeiro mundo que têm uma das tecnologias mais avançadas, que são os Estados Unidos e que já produzem 65% da sua safra de produtos transgênicos, como a Argentina 95% e a União Européia.

Então, nós vemos que nós não podemos votar contra neste momento, temos que aguardar. E hoje vejo com muita alegria aquilo que foi discutido no Palácio e também discutido entre os deputados, para se aguardar uma lei maior, que a lei que está regulamentando, que é do presidente da República.

E nós vemos aí, através das palavras do Presidente, através da Imprensa, que os transgênicos poderão ser liberados no Brasil.

Portanto, esse projeto vai passar por muitas discussões aqui nesta Casa. E o mais importante nesta Casa é o debate, porque, na verdade, aqui são os contraditórios - o importante é que o líder do Governo - deputado Vanhoni, abriu esse debate com as empresas que exportam, com as cooperativas, com os sindicatos, e também os deputados, que cada deputado representa uma região importante do Estado do Paraná.

Por isso valeu essa discussão e eu queria deixar registrado aqui e, ao mesmo tempo, aproveitar as pala-

bras do deputado Jocelito Canto, também agradecendo o governador Roberto Requião e o secretário da Agricultura, que nós tínhamos várias reivindicações de UTI's em Goioerê, o Anibelli sabe disso, e Campo Mourão, na Santa Casa. Assim como o governo liberou a UTI para Ponta Grossa, já liberou também para a Santa Casa de Campo Mourão e à Santa Casa da região de Goioerê. Era isso que eu queria deixar registrado. E dizer, estive na Secretaria da Saúde e lá fui muito bem atendido pelo secretário Cláudio Xavier, o qual estará indo para Campo Mourão, para ali também levar recursos, para ali também ouvir essas entidades que atendem a saúde do povo da região da Concam.

Esse era o meu registro.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês).

PDT: com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados, eu gostaria de solicitar neste momento ao líder do governo, para que nos preste as informações, sobre a renovação do contrato de concessão, do transporte intermunicipal do Estado do Paraná, realizado no ano passado. Todos nós sabemos que nesse setor, antes da renovação dos contratos pelo governo Lerner, mais de 90% estavam vencidos ou próximos de vencer. O governo silenciosamente promoveu ou alongou os contratos da Sul Americana, da Princesa dos Campos, da Garcia e da Graciosa. E amanhã estaremos dando entrada, aqui, em um projeto de lei, determinando um prazo para que o governo crie um novo plano diretor, para o transporte intermunicipal de passageiros, no Estado do Paraná, determinando um tempo para que o governo promova uma licitação pública, a fim de promover a concorrência para que melhore o sistema de transporte coletivo no Estado do Paraná.

Todos nós sabemos que, basicamente, o Norte é controlado pela Empresa Garcia. O Oeste, basicamente, pela Sul Americana. Os Campos Gerais, pela Princesa dos Campos. Quem quiser ir ao litoral terá que embarcar pela Empresa Graciosa e pagando muito caro pela passagem. Aliás, se tivéssemos no litoral uma outra empresa competindo com a Graciosa, estaríamos estimulando a qualidade dos serviços.

Por isso requeiro ao líder do governo, que nos informe sobre mais essa negociata feita, pelo governo passado com essas empresas, que monopolizam o transporte intermunicipal de passageiro no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

No Horário do PT, concedo a palavra ao Padre Paulo.

O SR. PADRE PAULO

Senhoras e senhores deputados e deputadas, nobre presidente desta Casa, que muito nos honra ter uma

mulher na presidência, coordenando nesta tarde, prezados servidores, imprensa e todos que aqui estão, faço uso desta tribuna hoje, para, de uma maneira solidária com a cidade irmã da minha cidade Sarandi, que é Maringá, apresentar a nossa solidariedade de luto pela morte do nosso companheiro e amigo José Cláudio Pereira Neto.

Maringá continua de luto.... Maringá está de luto. A cidade perdeu, nesta terça-feira, como é do conhecimento de todos, José Cláudio Pereira Neto, aos 51 anos. Maringá perdeu um ilustre cidadão: pequeno comerciante, advogado, prefeito que sonhava com uma cidade mais humana, mais igualitária, mais justa. "Não dá para conviver numa cidade onde 50 por cento das pessoas comem bem e outras 50 por cento, comem mal. Para Maringá viver a cidade dos sonhos deve ter a população com um nível de pobres reduzido quase a zero", disse José Cláudio.

E foi essa a característica que marca esta administração. José Cláudio investiu em educação, construiu escolas para 5 mil alunos, abriu centenas de vagas em creches modernas e com infra-estrutura de primeiro mundo, como costumava dizer. Entre seus maiores feitos está também o saneamento das dívidas do município, herdadas de administrações irresponsáveis. José Cláudio pegou uma prefeitura saqueada, endividada, de cujas caixas foram roubados mais de cem milhões de reais. Em menos de um ano de governo as contas já estavam praticamente sanadas.

José Cláudio fez por Maringá o que as últimas administrações juntas não fizeram, ao invés de olhar apenas para obras faraônicas, estes com interesse meramente político e eleitoral.

Nosso companheiro teve a coragem de olhar para o cidadão, realizar obras de valor humano. Maringá perdeu, sem sombra de dúvida, o maior político de sua história em pouco mais de dois anos de mandato, pois na maior parte de seu mandato esteve hospitalizado.

José Cláudio escreveu seu nome na história, na história da terceira maior cidade de nosso Estado. Hoje, olha-se para aquela cidade sempre se referindo ao antes e ao depois da vitória de José Cláudio. Mostrou que é possível administrar privilegiando a pessoa, o social, que é possível construir uma cidade mais humana, mais justa, que é possível administrar com retidão, investindo com seriedade e comprometimento cada centavo arrecadado de seus cidadãos.

Nosso companheiro mostrou que é possível fazer uma administração cristã, em um mundo corrompido, que existe ainda políticos honestos, capazes de devolver a auto-estima a uma cidade que viveu em sua história política períodos difíceis, de muita roubalheira, que teve políticos corruptos, cujo único interesse era roubar aquele tão generoso e bondoso povo.

O povo de Maringá, prezados senhores e senhoras, acertou ao eleger o nosso companheiro José Cláudio e João Ivo Caleffi.

Foram 107 mil votos de confiança. Com certeza José Cláudio deixou saudade, não somente nos 107 mil eleitores, mas com certeza nos mais de 300 mil habitantes de Maringá e região.

E sobremaneira endossam seus companheiros petistas, seus amigos não petistas...

(Término do tempo)

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

O senhor tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

...Maringá tem a sorte, a partir do exemplo de José Cláudio, de continuar trilhando nos caminhos da justiça social e da seriedade.

E pedir muito para que este projeto, que sabemos não é um projeto meramente humano, mas também divino, de continuidade com a família petista e com nosso companheiro, João Ivo Caleffi.

Quero concluir com as palavras de Jesus Cristo que diz: eu sou a ressurreição e a vida - aquele que crê em mim, mesmo que morra, viverá para sempre.

Quero também comunicar a ausência do presidente do nosso partido, André Vargas, entre os dias 22 e 25 do corrente mês, que se encontra cumprindo agenda em Brasília.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Liderança do governo. Com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Na realidade, senhora presidente, senhores deputados, eu venho para fazer um apelo à Assembléia Legislativa. Nós devemos votar em segunda discussão na tarde de hoje, um projeto que diz respeito à vida dos funcionários públicos do nosso Estado. São perto de 15 mil e oitocentos funcionários públicos que deverão receber a partir da publicação da presente mensagem em torno de 400 reais, como salário mínimo básico.

Então, a solicitação que nós fazemos é de que os deputados se abstenham de apensar emenda a este projeto, porque a intenção do governo do Estado, calculado todo o impacto financeiro, sobre tudo no Orçamento que está em vigor, é de que nós possamos agora no mês de outubro já incluir na folha de pagamento dos funcionários do Estado do Paraná.

Então, a idéia é de que esta mensagem seja aprovada hoje, seja dispensada da redação final e de que nesta semana ainda o governador possa sancionar e de que a Secretaria da Administração no próximo mês já possa efetuar os estudos de implantação, para que os funcionários públicos possam receber este benefício, para que possamos corrigir uma injustiça que faz algum tempo a

gente vem prejudicando o servidor público do Estado do Paraná.

Outra questão é apenas fazer uma breve observação ao nosso amigo deputado de Guarapuava, deputado Ribas Carli e ao deputado Elio Rusch, que lhe aparteceu sobre o sistema penitenciário do Estado do Paraná. É preciso lembrar ao deputado de Guarapuava, que fez uma brilhante exposição sobre a sua tese, de que no Estado do Paraná já existem presídios de segurança máxima. O presídio de Ponta Grossa que foi inaugurado recentemente é um presídio moderno e que segue o mesmo rigor da Legislação Norte Americana e que prevê uma segurança máxima para os internos desse presídio. Temos mais um em Guarapuava e temos mais um, aqui, na cidade de Curitiba. E temos mais 2 aqui na cidade de Curitiba, na Região Metropolitana da nossa cidade e em Foz do Iguaçu.

Então, a segurança máxima não é um atributo de um presídio Federal. É preciso dizer também, que os membros das quadrilhas, sobre tudo das quadrilhas que nesses últimos 10 anos de consolidaram no eixo Rio - São Paulo, e que estão presentes no sistema penitenciário tanto do Rio quanto de São Paulo. Notadamente as duas maiores: o Comando Vermelho e o 1º Comando. Os principais membros dessas quadrilhas estão nos presídios do Estado do Paraná. Estão, aqui, no presídio de Piraquara e estão espalhados em presídios do nosso território, já cumprindo pena há 3, 4, 5 anos. O episódio que traz essa discussão é muito mais em função da mídia, do espetáculo de que a figura de homem como o Fernando Beiramar e do impasse que aconteceu em alguns Estados, que trouxe para essa discussão a respeito de presídios de segurança máxima.

Ora, se o Estado do Paraná negar a possibilidade da União construir presídios de segurança máxima, vamos entender que essas razões dos paranaenses sejam razões verdadeiras, sejam razões de natureza Universal. Todos os outros estados da União também irão proceder dessa mesma maneira. No Rio de Janeiro não poderemos construir, em São Paulo não poderemos construir, no Mato Grosso também não, porque lá também tem terras férteis e é melhor que se aproveite as terras do Mato Grosso para o plantio de soja, para construir a civilização. Lá no Amazonas a mesma coisa, o governo do Amazonas faz um plebiscito, a população do Amazonas decide contrariamente. E eu pergunto: Onde a União vai construir presídios no nosso País? Só se for no meio do oceano Atlântico. Não há outra alternativa. Então o que a União está fazendo? Está procedendo linhas de crédito e ela vai construir presídios de segurança máxima. Para quê? Para desafogar o sistema prisional de todos os Estados da União. Só no Paraná, segundo os dados da Secretaria de Justiça, 17 presídios precisam ser construídos. E nós temos uma figura conhecida no Brasil inteiro que ninguém quer por causa da sua alta periculosidade, que é o Fernando Beira Mar. Então, a construção de 2, de 3 presídios no Estado do Paraná, como está previsto com o

dinheiro que vem do governo federal, não é bom para que melhoremos a segurança pública do nosso Estado? Para que as cadeias estejam livres dos presos, que os motins que acontecem nos bairros de Curitiba possam deixar de existir? Isso é ruim para o nosso Estado? Essa discussão, acho que precisa ser melhor pautada. Vejo como boa a iniciativa do governo federal de estar distribuindo uma linha de crédito para a construção de presídios federais em todo o Brasil. Não é só no Estado do Paraná. Será construído um no Rio Grande do Sul, agora nessa primeira leva, outro no Estado do Paraná, 2 no Rio de Janeiro, 3 em São Paulo. Essa é a necessidade do nosso País. E não é construir um presídio para por os membros das quadrilhas. Porque os membros das quadrilhas infelizmente, deputado Ribas Carli, não sei se o senhor sabe, mas pode convocar o secretário da Justiça e o próprio secretário da Segurança, os membros da cúpula do Comando Vermelho e do 1º Comando já estão nas cadeias do Paraná há mais de quatro anos e meio. V. Exa. talvez não tenha essa informação. Mas traga o secretário que vai lhe confirmar isso, ou pode trazer o representante do Sistema Prisional - coronel Justino, que vai lhe dar o nome e a relação dos presos. Não há como fugirmos disso.

É claro que ninguém quer construir presídios, é claro que ninguém quer construir lixão, ninguém quer construir aterro sanitário. É claro que nós não queremos, também, ter terreno para construção até de cemitérios. Queremos que a terra, que a nossa propriedade, a propriedade dos homens possa ser utilizada para a construção da emancipação, para o aprimoramento da civilização; investindo na educação, produzindo riquezas e questões da saúde. Mas, a realidade do nosso país é esta.

Então, a proposta de consulta de um plebiscito ela não é apropriada, vamos construir um presídio de segurança máxima aqui no Estado do Paraná e não vamos construir só um, vamos construir os dezessete presídios: sejam de segurança máxima construídos pelo governo do Estado, sejam de segurança máxima construídos pela União Federal. Aliás, de segurança máxima já temos cinco aqui no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Pela Ordem.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Pela Ordem concedo a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Pela Ordem**)

Só para esclarecer, deputado Líder do Governo - Ângelo Vanhoni. Quero lhe passar uma informação: o presídio de Guarapuava não é de segurança máxima. Ele é um presídio industrial e não é presídio como o que está construído em Cascavel. É outra filosofia, é para outro

fim. Da mesma forma o de Ponta Grossa e um que já existe em Cascavel.

O que já somos contra, deputado Ângelo Vanhoni, é que se construa um presídio no Paraná de segurança máxima federal, sobre a administração federal. Onde o Estado do Paraná não terá ingerência, inclusive a administração será federal. Quem vai determinar os presos que ali ficarão serão os juízes corregedores federais e não os juízes corregedores das comarcas do Estado do Paraná. Nós queremos mais presídios e o governo anterior construiu mais de quatro mil vagas e dobrou o número de vagas existentes, em função de presídios como o de Guarapuava, o de Ponta Grossa, o de Cascavel, o de Curitiba, Casa de Custódia de Londrina, de Foz do Iguaçu com recursos federais, numa parceria. Isso nós aplaudimos. Agora, o que não queremos é que para o Paraná venha uma unidade federal e que o governador Requião ou quem o suceder, não terá ingerência sobre este funcionamento.

Era este o nosso questionamento. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Pela Ordem concedo a palavra ao deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Quero deixar registrado nos anais desta Casa, que aqui no Paraná já têm mais de cem presos federais que estão aqui nas nossas cadeias públicas. E que preso foge de cadeia pública e não foge de penitenciária. Sou do Oeste do Paraná, sou da cidade de Toledo. Cascavel vai sediar a penitenciária, sim, porque o governo federal tem uma política séria de segurança pública. É demagogia dizer que o Estado não pode comportar preso de outros Estados, porque preso foge de delegacia de polícia, de penitenciária federal. De segurança máxima não foge!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Pela Ordem concedo a palavra ao deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO

Neste momento, em São João Del Rei, está sendo sepultada Dona Risoleta Neves. Em nome da Bancada do PMDB e em nome dos paranaenses, quero prestar sentida homenagem a esta mulher que foi grande e que foi nossa. A viúva do presidente Tancredo Neves foi um exemplo de dedicação ao Brasil, foi uma primeira dama à altura das tradições de Minas Gerais e da grandeza da pátria brasileira. Que os anjos a acolham na sua chegada na cidade Santa de Jerusalém e que a recebam com cânticos de glória. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

No Horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhora presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença do vice-prefeito de Mercedes, que está aqui na tribuna, bem como do vereador Arnaldo, também daquele município, que nos prestigiam na Sessão de hoje, bem como as demais autoridades.

Sem sombra de dúvida a questão do presídio federal vai trazer muitas discussões e acredito aqui na Assembléia, principalmente no Oeste do Estado e mais precisamente na cidade de Cascavel. A imprensa tem noticiado que diversas entidades estão se reunindo nesse momento, que são contra a instalação do presídio federal. Segundo informações que tive há poucos instantes, que a Associação Comercial de Cascavel tem feito uma pesquisa. E, 78% é contra a construção do presídio. V. Exa, do Oeste, é a favor do presídio federal. Eu sou do Oeste, eu sou contra. Não quero no Oeste do Paraná, espero que Cascavel também não mereça isso. Temos que fazer um diferencial do presídio federal e do presídio estadual. Nós, desde um primeiro momento, nos manifestamos aqui na Assembléia. Falamos que o Paraná precisa melhorar o seu sistema prisional. E falamos que o Paraná já tem quatro presídios de segurança máxima: um em Foz do Iguaçu, Londrina, Curitiba e o presídio central de Piraquara que até hoje não foi inaugurado pelo atual governo. Oferecendo 450 vagas. Em Ponta Grossa, temos um presídio quase no mesmo sistema de Cascavel e Guarapuava, que são presídios, penitenciárias industriais. São completamente diferentes dos presídios de segurança máxima estaduais no Estado do Paraná.

Mas o que nos traz à tribuna hoje, não é em relação à questão dos presídios, mas gostaria de registrar aqui na Casa, em nome dos deputados da Oposição, se assim nos permitem, e acredito que em nome dos 53 deputados aqui da Assembléia Legislativa, registrar com muito pesar o falecimento do Sr. José Romeu Amaral, pai do nosso deputado Durval Amaral, falecido na manhã de hoje, às 09h00. Ele contava com 87 anos de idade, Paraibano, nascido na cidade de Bacamarte, veio para o Paraná, mais precisamente à cidade de Londrina, em 1970. Jornalista, foi um dos primeiros sócios da Associação Brasileira de Imprensa. Trabalhou no Jornal do Comércio em Recife, depois transferiu-se para o Paraná, mais precisamente para a cidade de Londrina. Adquiriu, naquela época, o jornal Gazeta do Norte. O Sr. José Romeu Amaral era casado com a Sra. Joselita Frazão de Mattos, com quem teve oito filhos. E aí cabe uma característica até interessante e peculiar: oito filhos homens e todos com o nome José. Sr. José Romeu, José Manuel, José Roberto, Antonio José, Getúlio José, Alexandre José, José Durval e José Ricardo. O que levou o Sr. José - pai do nosso deputado José Durval Amaral - à morte foi a falência múltipla

dos órgãos, que ocorreu hoje pela manhã, às 09h00. O seu velório está acontecendo na Central de Luto em Londrina e o enterro vai acontecer amanhã às 10h00 no Cemitério São Pedro.

Permito-me ao menos ler um trecho que tenho aqui preparado: “quando uma vida foi vivida com respeito, dignidade, amor, a sua existência é motivo de louvores e referências elogiosas. Através do eminente deputado Durval Amaral, conheci um pouco a grandeza que foi seu pai. Foi um homem de extraordinários valores. Foi um homem que fez de sua vida um manancial de solidariedade. Solidariedade que praticou desde os tempos mais árduos de sua vida. Dizia inclusive um pensador: ‘ao falar da morte, que a dimensão de uma árvore só é percebida após o lenhador vê-la tombada’. Podemos transferir esse pensamento ao falecimento do pioneiro Amaral, que sem sombra de dúvida deixa uma lacuna em sua cidade e região, dada a grandeza de sua alma. Sua morte registramos com muito pesar nesta Casa, e também nos confortamos, pois aqui dentro dela tem a extensão de sua vida, que é o seu filho José Durval Amaral”.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 094/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente, solicitando a redução de tarifa de energia elétrica para os hospitais do Paraná conveniados com o Sistema Único de Saúde. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Indicação nº 095/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente, solicitando a transferência, instalação e funcionamento do 13º Distrito Policial no bairro Tatuquara, em Curitiba/PR. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Indicação nº 096/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente, solicitando construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Vicentina São Vicente de Paulo em Paranavaí. **À Comissão de Educação, Cultura e Esportes.**

Indicação nº 097/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente, solicitando a adoção de vacina contra a varicela pelo Sistema Único de Saúde no Paraná. **À Comissão de Saúde Pública.**

Expediente subscrito pelo deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, comunicando sua filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e que passa a integrar a bancada a partir desta data, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2095, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante do expediente conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 189/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre atendimento prioritário a idosos nas condições que especifica. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 212/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que requer seja declarada de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Itaipu do Hospital Ministro Costa Cavalcanti, instituído pela Itaipu Binacional, entidade criada em 28 de abril de 1973, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 212/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Itaipu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.09.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 241/2003, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a entidade Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, com sede e foro no município de Jandaia do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2003, de 05/05/2003).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 419/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2003, de 11/08/2003).**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que normatiza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IMLs e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. EMENDAS DE PLENÁRIO COM SUSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão, que estabelece o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/2003, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2097, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Retirado pelo autor.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Eu retiro o requerimento, senhor presidente, e recomendo a aprovação da presente legislação, do presente projeto mesmo porque, o Governo do Estado discutiu já com a Procuradoria do Estado, de Justiça e, há encaminhamento favorável para que o provimento desses cargos sejam realizados pelo Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão. Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Pela ordem o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Gostaria de solicitar ao líder do Governo que explicasse ao Plenário o impacto na despesa do referido projeto. Pelo menos aproximadamente para que esta Casa tenha condições se está dentro do orçamento do Ministério Público ou se tem um impacto além daquilo que prevê o orçamento e poder votar com mais tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a V. Exa. que vamos solicitar da Secretaria do Planejamento essa informação. Mas posso confirmar que já foi devidamente aprovado o projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Só para que o deputado Neivo Beraldin não tenha nenhuma preocupação maior. Alguns cargos precisam ser criados em função de que algumas promotorias especiais foram criadas no interior, sobretudo Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu. São cargos na ordem de 400 reais a contratação. O impacto financeiro no orçamento do MP está dentro de seu orçamento e também vai obedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Difícilmente teríamos uma situação inusitada no Estado do Paraná, quando um Poder como o Ministério Público enviasse uma legislação ao ser aprovada e impactasse de forma negativa, recomendando a desaprovação pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso não vai acontecer. A Secretaria do Planejamento e da Fazenda tem consciência disso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esses cargos estão sendo criados, são de auxiliares, porque geralmente o promotor não tem auxiliar nas comarcas que atuam.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

A minha indagação nada mais é do que a resposta dada por V. Exa. nesse momento e pela justificativa dada pelo líder do Governo. É o mínimo que o Plenário deve merecer, mostrando que os cargos são para isso ou aquilo e que não vai ultrapassar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cumprimento o líder do Governo pela belíssima explicação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos devolver os cumprimentos a V. Exa. pela preocupação que tem com as coisas públicas do nosso Estado.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Só para informar o deputado Neivo Beraldin que, quando o projeto veio para a Comissão de Finanças da qual somos presidente, e antes de fazermos o parecer, entramos em contato com a procuradora da Justiça e ela nos informou que o impacto financeiro deste ano agora será em torno de 611 mil reais. E estaria dentro do orçamento previsto para o presente exercício. Para o próximo ano o orçamento deverá ser contemplado dentro do percentual que o Ministério Público tem direito. E fomos informados, naquela ocasião, que os cargos não seriam em comissão. Será feito um concurso público para contemplar o trabalho necessário nas comarcas do interior, bem como na Capital do Estado. E na grande maioria das comarcas quem paga esses funcionários são os próprios municípios.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar à Assistência e Promoção Social Exército da Salvação "Lar Oricena Vargas", imóvel situado no município de Piraí do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Indianópolis, o terreno nº 06, quadra 01 situado no perímetro urbano da cidade Indianópolis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COPTC. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/2003, instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da administração direta e autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominado piso social complementar, conforme especifica. COM PARECE-

RES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que corrige a Sigla “UFIR’s” do artigo 5º da Lei nº 13.985, de 30 de dezembro de 2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDAS DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 033/2003**

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela de autoria do deputado Hermas Brandão, que “corrige a sigla ‘UFIR’s’ do artigo 5º da Lei nº 13.985, de 30 de dezembro de 2002”.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 033/2003**

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do nobre senhor deputado Hermas Brandão, que objetiva corrigir a sigla “UFIR’s” por “UPFPR” do artigo 5º da Lei nº 13.985, de 30 de dezembro de 2002.

No que concerne à análise desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do douto Plenário desta Assembléia, cumprindo-nos a missão de louvar a iniciativa, conotando a importância, o alcance e mérito da questão.

Em sendo assim manifestamos nosso parecer favorável à deliberação soberana do Plenário. Contudo, numa análise mais aprofundada do tema, corrobora pelo parecer nº 446/2003, emitido pela Inspeção Geral de Tributação, da Coordenação da Receita do Estado, ligada à Secretaria de Estado da Fazenda, entendemos por bem fazer algumas modificações necessárias com relação à referida Lei. A primeira modificação se daria no item 4.3.1, contido na coluna classificação. A segunda alteração diz respeito ao subitem 4.1.34, também inserido na coluna classificação. E a terceira modificação condiz com a redação do item 4.3.1 da coluna discriminação, conforme Emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 18.06.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 033/2003**

Art. 1º - Fica alterado o artigo 5º da Lei nº 13.985, de 30 de dezembro de 2002, que passa a ser o seguinte:

“Art. 5º - ...

Classificação Discriminação Anual Mensal por valor em Vez/dia/mês UPFPR.

Art. 2º - Onde se lê na Tabela 4 do artigo 5º item 4.3.1 contido na coluna classificação da Lei nº 13.985/2002, passa-se a ler “item 4.1.3”.

Art. 3º - Onde se lê na Tabela 4 do artigo 5º subitem 4.1.3.4 contido na coluna classificação da Lei nº 13.985/2002 passa a ser lido “subitem 4.1.3.3”.

Sala das Comissões, em 18.06.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Cida Borghetti.

**COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 033/2003**

Artigo Único - Fica alterada a expressão “Doate” por “Boate” contida no item 4.1.3 da Tabela 4 do artigo 5º da Lei nº 13.985, de 30 de dezembro de 2002.

Sala das Comissões, em 18.06.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 033/2003**

P A R E C E R :

Consoante às modificações já sugeridas pela Secretaria de Estado da Fazenda, de caráter meramente gráficos, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.09.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, o Centro de Convivência da 3ª Idade, com sede no município de Guairacá e foro no município de Paranaíba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2003, de 26.02.2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 070/2003**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Garcia, que “declara de Utilidade

Pública o Centro de Convivência da 3ª Idade de Guairacá, com sede no município de Guairacá e foro no município de Paranavaí”.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 070/2003**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Convivência da 3ª Idade de Guairacá, com sede no município de Guairacá e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, para a Apadevi/cadevi, no município de Ibiporã. (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Ibiporã/Centro de Atendimentos do Deficiente Visual). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. Aprovado. (Publ. no DA nº 018/2003, de 14.04.2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 203/2003**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, para a Apadevi - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Ibiporã e Cadevi - Centro de Atendimentos do Deficiente Visual, no município de Ibiporã.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

**COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 203/2003**

P A R E C E R :

Projeto de Lei nº 203/2003, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, para a Apadevi - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Ibiporã e Cadevi - Centro de Atendimento do Deficiente Visual, no município de Ibiporã.

Desta maneira, cabe-nos, nesta seara, sopesar quanto à exploração e aproveitamento das terras públicas. Destarte, frente à justificativa do projeto de lei, fica evidenciado que a instituição elucidada alhures dedica-se, exclusivamente, ao trabalho filantrópico, sendo, inclusive, considerada como Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal. Diante da situação em tela, podemos, concluir que a destinação do bem público circunstanciado no projeto de lei, será, indubitavelmente para um fim nobre.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da oportunidade e viabilidade da matéria.

Sala das Comissões, em 10.08.2003.

(aa) VANDERLEI IENSEN - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que denomina de Escola Estadual Romeu Pires estabelecimento de ensino localizado no município de Pinhais. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04.08.2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 396/2003**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 396/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por desígnio denominar de Escola Estadual Romeu Pires, o estabelecimento de ensino localizado no município de Pinhais.

A homenagem feita ao senhor Romeu Pires é devedora justa, tendo em vista a nobre atuação deste ícone, para o crescimento da gloriosa região de Pinhais, Estado do Paraná.

Diante da situação em tela, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Casa de Passagem Filhos de Deus, com sede e foro no município de Reserva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2003, de 11.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 415/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Jocelito Canto, que “declara de Utilidade Pública a Casa de Passagem Filhos de Deus, com sede e foro no município de Reserva”.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que institui o Dia Estadual dos Surdos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2003, de 11.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 418/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei sob exame, de autoria do nobre deputado José Maria Ferreira, visa instituir o dia 26 de setembro de cada ano como o dia Estadual do Surdo, para valorização da população portadora de deficiência auditiva, escolhendo o dia 26 de setembro para a celebração porque esta data marca a inauguração da primeira escola de surdos do país em 1857, o Instituto de Surdos Mudos do Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério da Educação.

Na justificativa da Proposição consta a informação que a população portadora de tal deficiência, segundo dados da ONU, países com nosso índice de desenvolvimento alcançam o percentual de 10% do total da sua população e que mundialmente já se comemora a data em todos os dias 30 de setembro.

Inobstante, meritória a intenção do autor, na forma como proposta, caracteriza-se como inconstitucional ao estabelecer em seu artigo 2º, atribuições de natureza administrativa a órgão da administração pública, o que é taxativamente vedado ao legislativo no inciso IV, do artigo 66 da Constituição Estadual uma vez que a ativi-

dade administrativa é da essência do Poder Executivo. Se assim não fosse, em risco estaria o Estado de Direito que, além dos fundamentos previstos no artigo 1º da Constituição Federal, se consubstancia também, na independência e harmonia dos Poderes que o compõem.

Todavia com a alteração da redação original proposta poderá o projeto merecer parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Isto posto, na forma do substitutivo anexo é Favorável o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 418/2003

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica instituído o dia 26 de setembro de cada ano, como Dia Estadual dos Surdos, com o objetivo de definir uma data para que se promovam atividades que contribuam para uma reflexão sobre a condição de vida do surdo e em favor da sua maior inclusão social.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.09.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, institui a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador, no Estado do Paraná, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 058/2003, de 11.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 424/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei sob exame, de autoria do nobre deputado Mauro Moraes, visa instituir, no âmbito deste Estado a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador, anualmente no período de 21 a 28 de agosto, para através das ações que proporcionem condições de trabalho dignas, assegurando ao trabalhador condições que preservem sua integridade física, moral e psicológica.

Na justificativa da Proposição consta a informação que a população portadora de tal deficiência, segundo dados da ONU, países com nosso índice de desenvolvimento, alcançam o percentual de 10% do total da sua população e que mundialmente já se comemora a data em todos os dias 30 de setembro.

Meritória e louvável a iniciativa do autor, todavia, emenda saneadora faz-se necessária de modo a viabilizá-la constitucionalmente, porque no momento em que estabelece em seus artigos 3º e 4º, atribuições de natureza administrativa a órgão da administração pública, afronta vedação constitucional imposta ao Poder Legislativo (inciso IV, do artigo 66, da CE), uma vez que a atividade administrativa é da essência do Poder Executivo.

Se assim não fosse, em risco estaria o Estado de Direito que, além dos fundamentos previstos no artigo 1º da Constituição Federal, se consubstancia também, na independência e harmonia dos Poderes que o compõem.

Todavia, com a alteração da redação original proposta poderá o projeto merecer parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Isto posto, na forma do substitutivo anexo é Favorável o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA E
MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 424/2003

A presente emenda tem por objetivo acrescentar inciso VI ao artigo 1º, e suprimir da sua redação originalmente proposta, os artigos 3º e 4º renomeando o artigo 5º, como artigo 3º, conforme segue:

Art. 1º - ...

Inciso I - ...

“Inciso VI - incentivar e promover eventos e manifestações nos ambientes de trabalho e/ou publicamente, sobre o respeito às normas ocupacionais e da atenção às condições de salubridade e segurança”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.09.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO- do Projeto de Lei nº 433/2003, de autoria do deputado Waldir Leite e outros, concede título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Chieko Aoki. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA. nº 059/2003, de 12.08.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 433/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da Bancada do PPS, propõe a concessão de Título de Cidadania

Honorária deste Estado à senhora Chieko Aoki, conhecida como a grande dama da hotelaria brasileira. Justificando a proposição apresenta currículo e arrola as profícuas atividades da digna senhora em prol do desenvolvimento do setor hoteleiro no Paraná, com a capacitação e emprego para a mão de obra especializada, nesta área, geração de empregos indiretos, além da divulgação do Estado e do País no cenário internacional, carreando investimentos de capital estrangeiro.

A concessão de título honorífico do Estado, está vinculada ao cumprimento das condições previstas na Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, e a satisfação das condicionantes estabelecidas na lei mencionada estão adequadamente demonstradas nos autos deste projeto de lei, inclusive a informação de fls. 5 da Diretoria Legislativa desta Casa nos dá conta que o Partido Popular Socialista PPS, nesta legislatura, apresentou apenas um projeto de lei desta natureza.

Considerando portanto, a plena adequação desta proposição aos ditames constitucionais, legais e regimentais, esta Comissão de Constituição e Justiça emite parecer favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

Em virtude do autor não estar presente e até queria fazer encaminhamento, há um Requerimento nº 2105, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.** Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 433/2003.

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Jardim Centauro com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.(Publ. no DA. nº 061/2003, de 18.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 439/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Jardim Centauro, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Instituição Garagem da Esperança, com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2003, de 18/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 442/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Instituição Garagem da Esperança, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública o Instituto Brasileiro de Educação Ambiental - IBEAM, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2003, de 18/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 445/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública o Instituto Brasileiro de Educação Ambiental - IBEAM, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Natal, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL

DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 063/2003, de 25/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 480/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 480/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Natal, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/2003, de autoria do deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Bom Menino, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 064/2003, de 26/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 485/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Bom Menino, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece obrigações legais e financeiras das serventias judiciais, civis comuns e especializadas e extrajudiciais cujas atividades se desenvolvam sob o regime remuneratório de custas e emolumentos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2003, de 01/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 497/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Hermas Brandão, que tem por finalidade estabelecer obrigações legais e financeiras das serventias judiciais, civis comuns e especializadas e extrajudiciais cujas atividades se desenvolvam sob o regime remuneratório de custas e emolumentos.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Paranaense das Escolas de Futebol, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2003, de 01/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 501/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Paranaense das Escolas de Futebol, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor aquecê-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
CHICO NOROESTE - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 501/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Escolas de Futebol, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 014/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, mês de agosto de 2003, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da venda de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução 15 de 19 de junho 1992, artigo 14, referente ao mês de agosto de 2003.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
Apoioamento:

José Maria Ferreira e Antônio Anibelli.

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 037/2003

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 037/2003, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referentes ao mês de agosto de 2003, regulamentadas pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14.

Após exame do relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição supra citada, conclui que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, dada à exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável - Aprovado.

Assim sendo, entende este relator, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA- da Indicação nº 050/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que sugere a cria-

ção de um Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CAIC.

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EMENDAS DA INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 050/2003

P A R E C E R :

A presente Indicação Legislativa nº 50/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, sugere a criação de um Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar após terem sido encaminhadas 03 emendas de Plenário, apresentamos parecer favorável.

Aproveitamos também para louvar a complementação da matéria, por parte da autora, deputada Luciana Rafagnin.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

Carlos Simões, Nelson Tureck, Barbosa Neto.

Aprovado.

O SR. NELSON TURECK

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Eu só queria saber aqui, por exemplo, o Projeto da deputada é Discussão Única da Indicação: “sugere a criação de um programa de habitação rural no Estado do Paraná”. Esta Casa aprovou um Projeto de Lei nº 180/2001, a Lei nº 13872 que autoriza o Poder Executivo a criar o programa de financiamento da casa própria rural, que é o Proficar, denominado programa casa no campo, destinado a financiamento de construção, aquisição ou melhoramento de habitação para população rural conforme específica, inclusive, esse projeto, o governo Requião e o secretário da Habitação, Romanelli, já estão implantando.

Gostaria de saber como fica, porque o da deputada fala que “sugere” a criação e esse projeto já existe e inclusive está sendo juizado pelo governo.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, respondendo ao deputado Nelson Tureck, gostaria de dizer que há dois anos que votamos nesta Casa um projeto praticamente igual a esse, infelizmente, na época, o governo Jaime Lerner vetou e nós não conseguimos derrubar o veto do governador, faltou dois votos para que derrubássemos o veto do gover-

nador Jaime Lerner. Agora, conversamos bastante com o governador Requião, conversamos bastante com o secretário da Agricultura, Orlando Pessuti, ao mesmo tempo também com o diretor presidente da Coapar, o Romanelli, e entramos num acordo, até porque não estamos sozinhos nessa discussão. Está a Fetrafsul, acompanhando, está a Cressol, e a discussão ela vai, que ele se encaixe deputado, e talvez aí a diferença também, no programa do governo federal aonde tem o programa de habitação social do governo Lula. Que vai inclusive contribuindo com os quatro mil e quinhentos reais que está destinado às famílias carentes, às famílias de baixa renda e que existe o programa hoje a nível urbano mas no entanto, nenhuma proposta a nível rural.

Então, esse projeto vem sendo debatido, bastante discutido. Na verdade, não seria nessa linha “sugere”. Quando entrei com ele novamente, entrei como ele era anteriormente, autorizatório. Mas, com as mudanças que ocorreram na CCJ, eles transferiram para a questão de sugere. Mas é um projeto que fiz algumas emendas para poder adequar, a pedido do diretor presidente da Coapar, do Romanelli também, do secretário da Agricultura, para poder adequar o programa a nível federal, que contemple a nossa agricultura.

Infelizmente, até hoje, não temos programa nenhuma a nível de Estado, por mais que tenha sido aprovado um projeto que acredito que tenha a mesma intenção, embora não igual mas com a mesma intenção, mas infelizmente não temos nada discutindo hoje para a questão da agricultura. E é um projeto que estamos há muito tempo debatendo, desde já agradeço o apoio dos deputados que votaram favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Neivo, inscrito.

O SR. NEIVO BERALDIN

Para Encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero louvar a iniciativa da ilustre deputada Luciana Rafagnin, porque ela está na verdade fazendo justiça ao pequeno agricultor. Aquele cidadão da roça que vive numa casa em situação precária e que o governo do Paraná pode perfeitamente atender a esses colonos, para que eles permaneçam no seu local de origem, usando a Reflorestadora Banestado. São milhares de pinus que estão plantados neste Paraná inteiro. A Paraná Ambiental pode dizer que tem madeira, tem pinus para cortar neste Paraná inteiro.

Inclusive, Cruz Machado, Inácio Martins, Castro, o Vale da Ribeira.

Esse pinus, se cortado num processo, numa prensa que possa adequar a madeira para a construção de uma casa a um pequeno colono é perfeitamente possível e mais que lógico que daqui a dez anos, teremos outra vez todos os pinus que temos hoje.

É só mandar cortar esse pinus, mandar para o lugar adequado para que ele seja preparado para a construção de uma casa, quando é para assoalho se corta uma madeira um pouco mais grossa. Quando é para uma parede, se corta uma tábua um pouco mais fina, e aí está equacionado um problema muito melhor do que o Paraná estar repassando esses pinus a preço de banana para alguns que estão ganhando milhões exportando essa madeira que aliás tem muita gente do Paraná que tem ações nessa Paraná Ambiental e que aliás não nos responde o secretário da Indústria e Comércio, uma única pergunta: se é legal o contrato feito no governo passado com algumas empresas do Paraná, em relação a esses pinus existentes e pertencentes à Paraná Ambiental, antiga Reflorestadora Banestado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao nobre deputado que ocupa a tribuna, está encaminhando um projeto e está fugindo da discussão do encaminhamento. É importantíssimo esse tema que vossa excelência está colocando, mas eu gostaria que fosse colocado no devido momento.

O SR. NEIVO BERALDIN

É exatamente o momento que se discute a casa para o agricultor. E nós estamos apresentando uma alternativa mais que viável, porque afinal o Paraná é produtor e tem um grande lote de pinus e que vem repassando à iniciativa privada para que ela explore e ganhe muito dinheiro em cima disso, onde poderíamos fazer as casas sonhadas pela deputada Luciana Rafagnin.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Senhores deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Emendas de plenário da nobre deputada Luciana Rafagnin, devidamente apoiadas com parecer favorável da Comissão da Agricultura de Indústria e Comércio.

Emenda nº 1. (**Lê emenda**)

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

Emenda nº 2, com parecer favorável também. (**Lê emenda**).

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

Emenda nº 3, também de autoria da deputada. (**Lê emenda**).

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 28

DISCUSSÃO ÚNICA - do Indicação nº 060/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que propõe ao Poder Executivo a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Itaipulândia. PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovada. (Publ. no DA nº 051/2003, de 24.06.2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 060/2003

P A R E C E R :

Com a finalidade de sugerir ao Poder Executivo a instalação do Corpo de Bombeiros no município de Itaipulândia, o ilustre deputado Dobrandino da Silva apresentou a Indicação ora analisada nesta Comissão de Segurança Pública.

De acordo com o parlamentar autor da Indicação, há a necessidade do município de Itaipulândia contar com sua própria brigada de Bombeiros, visto ter a cidade cerca de 8 mil habitantes e estar distante 60 km de Medianeira, sede do Corpo de Bombeiros mais próximo.

Comungando o mérito dos fundamentos apresentados para justificar a Proposição, esta Comissão de Segurança Pública emite seu parecer favorável à presente Indicação que por certo maior segurança trará à população local.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) DELAGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 29

DISCUSSÃO ÚNICA - do Indicação nº 061/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que propõe ao Poder Executivo a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de São Miguel do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovada. (Publ. no DA nº 051/2003, de 24.06.2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 061/2003

P A R E C E R :

O Dobrandino da Silva apresentou a Indicação, sob apreciação desta Comissão de Segurança Pública, sugerindo ao Chefe do Poder Executivo que proceda a instalação de unidade do Corpo de Bombeiros no município de São Miguel do Iguaçu.

Como justificativa, o nobre parlamentar considera que São Miguel do Iguaçu, com cerca de 26 mil habitantes, e distante 20 km de Medianeira, sede do Corpo de Bombeiros mais próximo, não pode ficar desprotegida e a mercê de acontecimentos que exigem a pronta e valorosa ação dos bombeiros. Até a chegada da brigada, vinda de Medianeira, muitos prejuízos poderiam ser causados a toda população de São Miguel do Iguaçu, o que confirma a necessidade de dispor de um Corpo de Bombeiros em seu próprio perímetro.

Diante da exposição de motivos, esta Comissão de Segurança Pública é de parecer favorável a presente Indicação, que por certo acarretará maior segurança à população local.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) DELAGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 30

DISCUSSÃO ÚNICA - do Indicação nº 067/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que indica a necessidade do governo acelerar a implantação de um programa de Bioenergia no Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 057/2003, de 06.08.2003).**

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
INDICAÇÃO Nº 067/2003

P A R E C E R :

A presente Indicação Legislativa, de autoria do deputado Hermes Fonseca, indica ao Poder Executivo a necessidade do governo acelerar a implantação de um programa de bioenergia no Paraná.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após análise com relação ao mérito, constatamos ser conveniente tal aceleração.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.09.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

ITEM 31

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 071/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, que propõe a criação de bolsa universitária estadual para alunos egressos de escola pública. COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2003, de 11/08/2003).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 071/2003

P A R E C E R :**Relatório**

Indicativo do nobre deputado Padre Paulo Campos, sugerindo a criação de bolsa universitária estadual para alunos egressos de escolas públicas.

Fundamentação

O ensino superior no Brasil está sendo gradualmente privatizado com a expansão de ofertas de vagas na rede privada e o congelamento de vagas na rede pública. O grande paradoxo é que os estudantes de maior poder aquisitivo acabam tendo melhores condições de acesso às vagas do ensino superior das universidades públicas, enquanto os estudantes de baixo poder aquisitivo acabam tendo como única alternativa de acesso ao ensino superior às universidades privadas.

O indicativo proposto visa corrigir na medida do possível esta distorção.

Conclusão

Somos, portanto, integralmente favoráveis ao indicativo proposto e esperamos que o Governo o coloque em prática.

Sala das Comissões, em 27.08.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 32

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 072/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que propõe a instalação de um Posto do Corpo de Bombeiros na Região Norte do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/2003, de 13/08/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 072/2003

P A R E C E R :

A indicação apresentada pelo nobre deputado Barbosa Neto, e nesta Comissão de Segurança Pública para parecer, objetiva encaminhar sugestão ao chefe do Poder Executivo, para a instalação de um Posto do Corpo de Bombeiros na Região Norte do Paraná.

Justifica o autor do pleito, que na área compreendida pelos municípios de Jataizinho, Assaí, Nova América da Colina, Nova Santa Bárbara, Nova Fátima, Congoinhas, São Jerônimo da Serra e Santo Antonio do Paraíso, inexistente um Corpo de Bombeiros, e que a sede mais próxima é a do Corpo de Bombeiros situado no município de Londrina.

Lembra ainda, o autor da proposição, que o conjunto dessas cidades em questão, totaliza uma população de 150 mil habitantes que, dependendo da gravidade da situação, não poderão esperar o socorro necessário com a presteza devida posto que situados a uma longa distância.

Ante o exposto não poderia esta Comissão de Segurança Pública manifestar-se de outra forma que não favoravelmente à indicação apresentada, propugnando, inclusive, pela sua aprovação e implementação pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 33

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 088/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que propõe a doação de medidas relativas à fruticultura no Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 088/2003

P A R E C E R :

A presente indicação legislativa, de autoria do deputado Hermes Fonseca, propõe adoção de medidas relativas à fruticultura no Paraná.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio e se manifestar, e por análise com relação ao mérito, constatamos ser conveniente implantar tal programa.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.09.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2031, de autoria do senhor deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2032, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2033, 2034, 2035 e 2075, de autoria do senhor deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2037, 2038, 2098 e 2099, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2041, de autoria dos senhores deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2043, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2047, 2048, 2051 e 2072, de autoria do senhor deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2050, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2054 e 2057, de autoria do senhor deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2063 a 2065 e 2096, de autoria do senhor deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2070 e 2073, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2076, de autoria da senhora deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2080 a 2082, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085, de autoria do senhor deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2085 e 2087, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2089, de autoria dos senhores deputados Ademar Traiano, Elio Rusch, Fernando Ribar Carli, Plauto Miró Guimarães e Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2092, de autoria do senhor deputado Vanderlei Iensen, com apoio dos senhores deputados Jocelito Canto, Ailton Araújo, Artagão Júnior, Elio Rusch e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2093 e 2094, de autoria do senhor deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2102, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2103, de autoria do senhor deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2104, de autoria dos senhores deputados Hermas Brandão e Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de saber se está apensado na Mesa Executiva requerimento dispensando da redação final o projeto que institui 400 (quatrocentos) reais como salário mínimo aos servidores públicos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/2003.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 030/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 033, 070 e 203/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 307, 396, 415, 418, 424, 430, 439, 442, 445, 480, 485, 497 e 501/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 014/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 039, 230, 245, 251, 257, 262, 299, 308, 353, 388, 392, 411, 492 e 507/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 079/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 328/2003

Conceder, a ILCA FINIMUNDO, sob matrícula nº 40477, funcionária desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de maio de 1986, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de junho de 2002, antecipado em razão da contagem do quinquênio anterior, permitida pela legislação vigente à época, nos termos do artigo 247, da Lei de nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência do seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 5625/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 329/2003

Conceder, a GILCELENE SMOKOWICZ, sob matrícula nº 40473, funcionária desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de maio de 1988, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Serviço Odontológico, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de junho de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei de nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência do seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

mento de Pessoal, apresentando a anuência do seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 5736/2003)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.08.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 330/2003

Conceder, a SONIA GORETI DE OLIVEIRA CARVALHO, sob matrícula nº 068, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A". NU-2, referência IV, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 01 de fevereiro de 1998 e 01 de agosto de 2002, antecipado em razão do quinquênio anterior, nos termos do artigo 247, da Lei de nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência do seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 6346/2003)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.08.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 331/2003

Conceder, a JORGE NAROZNIAK, sob matrícula nº 104, funcionário do Quadro da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Consultor Técnico "B", nível NU-3, admitido em 17 de julho de 1984, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 01 de outubro de 1994 e 01 de outubro de 1999, nos termos do artigo 247, da Lei de nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência do seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 6041/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 332/2003

Conceder, a MARIA FRANCO DA LUZ, sob matrícula nº 40740, funcionária deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 02 de junho de 1986, lotada na Coordenadoria do Cerimonial, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei de nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência do seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 6267/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 335/2003

Conceder, a PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES, sob matrícula nº 0596, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Consultor Técnico “A”, nível NU-2, lotado no Gabinete da Procuradoria, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 1995 e 01 de janeiro de 2000, nos termos do artigo 247, da Lei de nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência do seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 6890/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27.08.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 342/2003

RATIFICAR o ato da Comissão Executiva nº 143/2002, que passará a ter a seguinte redação:

Conceder aposentadoria, a pedido a BOGDANO KARPEN, matrícula nº 307, ocupando o cargo de Procurador, NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com amparo no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98 e nos termos dos artigos 35, parágrafo 1º, inciso III e 243, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos da verba de representação fixada pelo artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 51/90 e adicional por tempo de serviço de 35% (trinta e cinco por cento), calculado na forma do artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, referente a 7 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos, resultando em proventos conforme os cálculos de fls. 9, elaborados pela Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nºs 5675/2002 e 3814/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 343/2003

RATIFICAR o ato da Comissão Executiva nº 162/2002, que passará a ter a seguinte redação:

Conceder aposentadoria, a pedido a JOGUIBE MANSUR, matrícula nº 312, ocupando o cargo de Procura-

dor, NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com amparo no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98 e nos termos dos artigos 35, parágrafo 1º, inciso III e 243, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos da verba de representação fixada pelo artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 51/90 e adicional por tempo de serviço de 35% (trinta e cinco por cento), calculado na forma do artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, referente a 7 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos, resultando em proventos conforme os cálculos de fls. 9, elaborados pela Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nºs 7986/2002 e 3814/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 344/2003

RATIFICAR o ato da Comissão Executiva nº 163/2002, que passará a ter a seguinte redação:

Conceder aposentadoria, a pedido a PEDRO ÁLVARES DOS SANTOS, matrícula nº 084, ocupando o cargo de Procurador, NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com amparo no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98 e nos termos dos artigos 35, parágrafo 1º, inciso III e 243, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos da verba de representação fixada pelo artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 51/90 e adicional por tempo de serviço de 35% (trinta e cinco por cento), calculado na forma do artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, referente a 7 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos, resultando em proventos conforme os cálculos de fls. 9, elaborados pela Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nºs 7987/2002 e 3814/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 345/2003

RATIFICAR o ato da Comissão Executiva nº 059/2002, que passará a ter a seguinte redação:

Conceder aposentadoria, a pedido, a OLGA POPOVITCH, matrícula nº 319, ocupando o cargo de Procurador, NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com amparo no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98 e nos termos dos artigos 35, parágrafo 1º, inciso III e 243, parágrafo 3º, da

Constituição do Estado do Paraná, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos da verba de representação fixada pelo artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 51/90 e adicional por tempo de serviço de 35% (trinta e cinco por cento), calculado na forma do artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, referente a 7 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos, resultando em proventos conforme os cálculos de fls. 9, elaborados pela Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nºs 363 e 3814/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 346/2003

RATIFICAR o ato da Comissão Executiva nº 060/2002, que passará a ter a seguinte redação:

Conceder aposentadoria, a pedido, a LÍDIA MUCHINSKI, matrícula nº 487, ocupando o cargo de Procurador, NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com amparo no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98 e nos termos dos artigos 35, parágrafo 1º, inciso III e 243, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos da verba de representação fixada pelo artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 51/90 e adicional por tempo de serviço de 35% (trinta e cinco por cento), calculado na forma do artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, referente a 7 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos, resultando em proventos conforme os cálculos de fls. 9, elaborados pela Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nºs 351 e 3814/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.09.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro do ano de 2003, às 14h00, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Francisco Bühner, Elton Welter, Ratinho Júnior, Dobrandino da Silva e o presidente da Comissão deputado José Maria Ferreira, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária, a ser submetida à apreciação desta, conforme

cito: primeiramente o senhor presidente solicitou à secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior, (8ª reunião ordinária), na sequência o senhor deputado Dobrandino da Silva, pede dispensa, todos aprovam; então o senhor presidente, deu continuidade aos trabalhos, solicitando aos relatores, na ordem da pauta, que expusessem seus pareceres: 1) Projeto de Lei nº 332/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Indianópolis, o terreno nº 06, quadra 01, situado no perímetro urbano da cidade de Indianópolis. Relatora: deputada Elza Correia. Parecer: FAVORÁVEL com substitutivo geral, sendo APROVADO. O mesmo foi relatado, por motivo da ausência da relatora, pelo seu suplente deputado Dobrandino da Silva. 2) Projeto de Lei nº 136/2003, de autoria do deputado Edson Praczyk, que objetiva tornar preferencial a adoção de sistemas abertos na oferta de facilidade e na prestação de serviços por meio eletrônico. Relator: deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 3) Indicação nº 56/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a construção em caráter emergencial da 3ª faixa na PR-092 no trecho compreendido entre Curitiba e Rio Branco do Sul. Relator: deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL- APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 325/2003 de autoria do deputado Nelson Justus, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Assistência e Promoção Social Exército da Salvação “Lar Oricena Vargas”, imóvel situado no município de Piraí do Sul. Relator: deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 22/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que objetiva autorizar o Governo do Estado doar imóvel à Prefeitura Municipal de Marmeleiro para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores. Relator: deputado Elton Welter. Parecer: Com diligência junto à Casa Civil do Governo do Estado, solicitação aprovada por todos. 6) Projeto de Lei nº 40/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Porto Amazonas, imóvel situado no mesmo município. Relator: deputado Elton Welter, parecer com solicitação de realização de diligência, junto à Casa Civil do Estado do Paraná e à Secretaria de Saúde do Estado, sendo estas, acatadas por todos, ficando as referidas solicitações acima citadas, no aguardo de resposta para ser submetida à nossa apreciação. Não havendo mais nada a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo presidente, demais membros e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Sandra Zampier - Secretária